

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2012 e relatório dos auditores independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece apresenta aos clientes, acionistas e demais *Stakeholders* uma visão geral dos resultados alcançados no exercício de 2012, abrangendo demonstrações financeiras seguindo a determinação da Instrução Normativa de nº 457/07, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Apresenta ainda, respectivos pareceres de auditores, conselho fiscal e administrativo, além de temas relacionados a mercado e clientes, desenvolvimento operacional, desempenho econômico-financeiro e voltados à responsabilidade ambiental.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

A Economia Brasileira em 2012 apresentou um crescimento estimado de 3,3%, fatores como aumento do consumo das famílias em média de 20% comparado, redução dos juros básicos de 10,90% a.a. em dezembro de 2011 para 7,25% a.a no mesmo período de 2012, enquanto a inflação medida pelo IPCA em doze meses alcançou 5,53% ao ano no mesmo período. Fatos esses estimulados por um cenário econômico mundial de incertezas tem levado o governo a adotar políticas econômicas de contenção da inflação, uma vez que com crescimento do PIB também impulsionado pelo cenário político e econômico, como: eleições municipais, aceleração das obras da copa e olimpíadas e aumento do salário mínimo em 14%. Nesse contexto, no acumulado de 12 meses, o IPCA fechou dezembro em 6,5%, no limite máximo permitido pelo regime de metas de inflação.

Apesar da desaceleração de seu crescimento, o Brasil é um País que vem conquistando novos mercados investidores através dessa melhoria conjuntural, em conjunto com a política de manutenção dos superávits primários, permitiu ao governo brasileiro reduzir a exposição cambial da Dívida Pública Interna, elevar o nível das reservas internacionais e se tornar credor externo líquido, reduzindo sua exposição aos reveses internacionais. Tudo com um custo, as reservas internacionais são remuneradas via FED Funds, enquanto os passivos [a Dívida Interna] são remunerados basicamente à taxa Selic. A consequência prática dessa estratégia foi a conquista do grau de investimento pela agência de rating Standard & Poor's (S&P). A nota de crédito (*rating*) para moeda estrangeira subiu de BB+ para BBB- com perspectiva estável e a nota para moeda local passou de BBB para BBB+, também com perspectiva estável. O *rating* para moeda local de curto prazo foi ajustado de "B" para "A-3". Dessa forma, nos tornamos um país mais atrativo aos investidores internacionais.

Cenário Atual Saneamento Básico

O setor de saneamento básico vem passando por importantes mudanças a partir da promulgação da Lei nº 11.445, em janeiro de 2007, e posterior regulamentação da citada lei pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Adquirindo maior visibilidade diante da sociedade, bem como maior preocupação por parte dos gestores governamentais com a ampliação da oferta de Água Tratada e Esgotamento Sanitário.

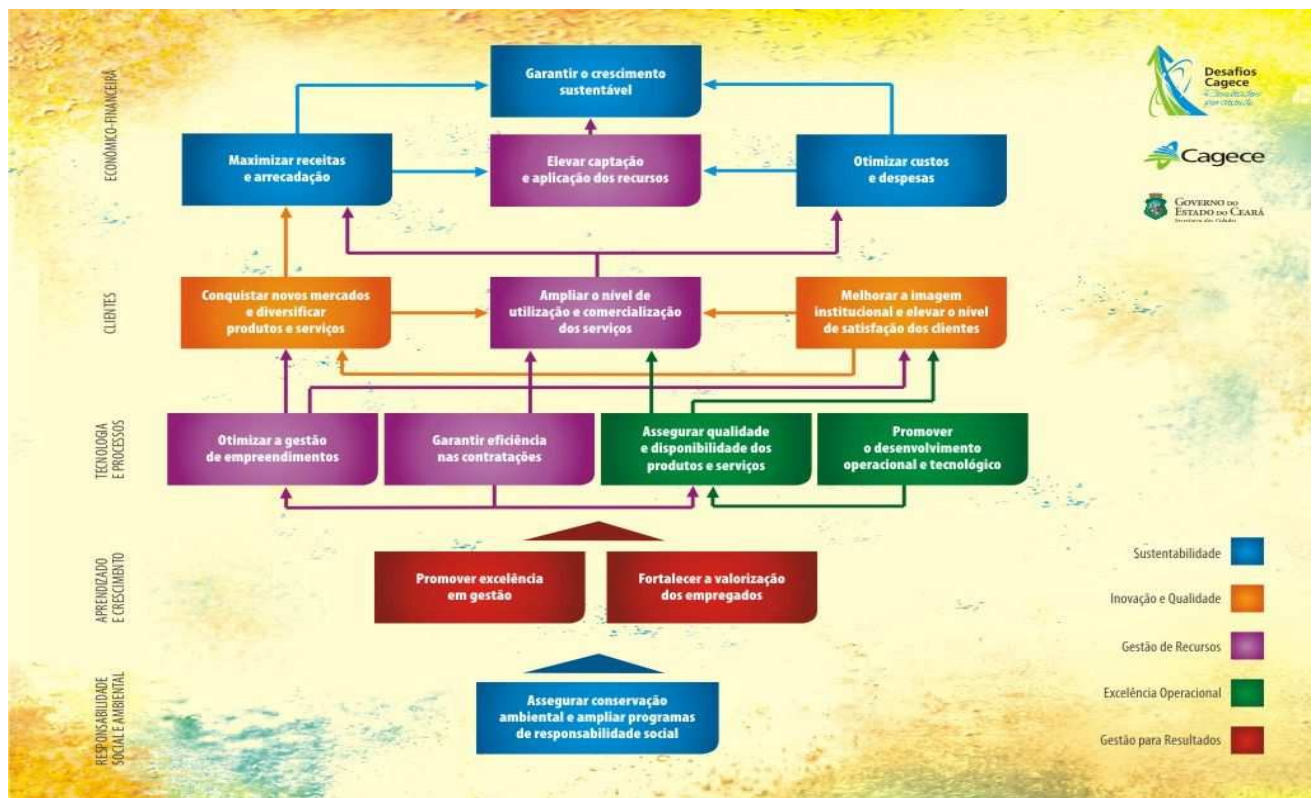
O fluxo dos recursos financeiros para realização dos investimentos nos últimos anos vem sendo custeado pelas tradicionais fontes de financiamento, quer seja por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos do FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador, Caixa Econômica Federal - CEF, com recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e de programas do Governo Federal por meio do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e com recursos advindos do Tesouro Estadual. Além dessas fontes a Cagece tem captado recursos assim como no mercado externo junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e ao BID, neste caso recursos destinados ao “Programa KfW I e II” e ao

“Programa Sanear I e II”. Esses recursos são utilizados para incrementar o atendimento com qualidade à população do estado, por meio de um crescente número de concessões, foram 24 novas concessões e nenhuma revogação em 2012, principalmente de esgoto sanitário.

Esses fatos sinalizam novos tempos para o setor de saneamento, porém, questões importantes, tais como: (i) a titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas, (ii) o desenvolvimento tecnológico, (iii) a consolidação das questões regulatórias, (iv) a desoneração tributária do setor, e (v) a entrada do capital privado para contribuir no financiamento do setor, dentre outras, ainda precisam ser equacionadas para que se possa atingir a universalização dos serviços.

Planejamento Estratégico 2012-2015

Dentro desse cenário a Cagece desenvolve seu negócio que é promover soluções em saneamento básico; tendo como missão Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. E tendo como visão de futuro estar entre as três melhores empresas no seu setor de atuação, com gestão focada no cliente e na contínua transformação para sustentabilidade e competitividade. Conforme mapa estratégico.



2. MERCADO E CLIENTES

A Cagece atua em 150 municípios dos 184 municípios do estado do Ceará. Entre os 114 municípios cujos contratos previam renovação até 2012, 109 foram renovados e os restantes estão em processo de negociação. Nesse período, houve assunção de 24 municípios. Assim, dos 150 municípios operados pela Cagece, 132 tiveram seus contratos renovados ou assumidos por um período de 30 anos, representando aproximadamente 83% da receita operacional

Relatório da Administração do
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

direta pela prestação de serviços da empresa. No exercício de 2012 a Cagece foi responsável pelo atendimento de 263 localidades no estado com sistemas de abastecimento de água, representando aproximadamente 5,15 milhões de habitantes beneficiados, ou seja, 97,82% da população urbana na área de atuação da Companhia, um aumento de 180 mil novos beneficiados em relação a 2011.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a Cagece atendeu a 79 localidades no Ceará, beneficiando aproximadamente 1,99 milhão de habitantes. Isto representa 37,82% da população urbana na área de atuação da Companhia, aumento de 150 mil novos beneficiados com esgotamento sanitário.

Ainda em 2012 a Cagece alcançou a marca de 1.598.593 clientes reais, com incremento de 4,90% em relação ao ano anterior, sendo 92,70% de clientes residenciais.

Cientes por Categorias	2012	2011	Variação
Residencial	1.501.017	1.431.150	4,88%
Comercial	72.910	69.344	5,14%
Ent. Filantrópica	8	3	166,67%
Industrial	6.171	5.295	16,54%
Pública	12.280	11.914	3,07%
Mista	6.207	6.229	-0,35%
Total	1.598.593	1.523.935	4,90%

A Cagece ciente do seu papel na prestação do serviço público possui uma forte orientação social, tendo como objetivos: a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. Como forma de universalizar o acesso ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário adota como prática a utilização de uma tarifa social para imóveis que obedeçam aos critérios de padrão social de baixa renda. A Tarifa Social obedece as regras estabelecidas na Resolução 008/2012 DPR/Cagece.

TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E ESGOTO - CAGECE			
Categoria	Faixa de Consumo (m³)	Tarifa Água (R\$/m³)	Tarifa Esgoto (R\$/m³)
Residencial Social - Demanda máxima de 10m ³	0 a 10	0,69	0,69
	0 a 10	1,40	1,40
Residencial Popular - Demanda mínima de 10m ³	11 a 15	2,35	2,35
	16 a 20	2,52	2,52
	21 a 50	4,31	4,31
	> 50	7,60	7,60
	0 a 10	1,85	2,04
Residencial Normal - Demanda mínima de 10m ³	11 a 15	2,36	2,60
	16 a 20	2,53	2,78
	21 a 50	4,32	4,75
	> 50	7,60	8,36
	0 a 10	1,85	2,04

A Companhia aplica o princípio básico de respeito aos seus clientes e, desde 2009, disponibiliza várias modalidades de atendimento aos seus clientes. O atendimento telefônico – 0800 275 0195 está disponível durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com uma cobertura de todas as localidades do estado onde a Cagece opera a concessão. No portal na internet – www.cagece.com.br - o cliente pode acessar a loja virtual, recebendo retorno por e-mail ou telefone. Para quem prefere o atendimento presencial, a empresa disponibilizou 14 lojas na Região Metropolitana de Fortaleza e, pelo menos, uma loja em cada localidade do Estado. Há ainda três máquinas de auto-atendimento localizadas nos Bairros: Centro, Conjunto Ceará e Messejana, todos na Região Metropolitana de Fortaleza, facilitando a impressão de segundas-vias de faturas, entre outros serviços.

VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO

Em 2012, a Cagece, através do indicador Índice de Água Não Faturada - IANF, assegurou qualidade e disponibilidade dos seus serviços, visto que este indicador representa as ações de combate à fraude e redução de vazamentos.

O resultado do IANF obtido em 2012 foi de 24,94%, 1,14 % abaixo dos 26,08% obtidos em 2011. O volume faturado da Companhia em 2012 foi de 265,35 milhões de m³ para o produto água e 84,95 milhões m³ para o produto esgoto, com incremento de 5,71% (água) e redução de 14,91% (esgoto), em relação a 2011.

VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO - CATEGORIA DE USO (milhões de m3)

Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2012	2011	%	2012	2011	%	2012	2011	%
Residencial	235.829.199	223.524.270	5,50%	70.596.470	62.592.217	12,79%	306.425.669	286.116.487	7,10%
Comercial	13.193.071	12.231.823	7,86%	6.027.582	5.338.223	12,91%	19.220.653	17.570.046	9,39%
Industrial	2.502.187	2.193.524	14,07%	3.654.594	1.855.873	96,92%	6.156.781	4.049.397	52,04%
Pública	10.457.071	9.679.058	8,04%	2.459.663	2.073.407	18,63%	12.916.734	11.752.465	9,91%
mista	3.363.508	3.380.407	-0,50%	2.214.329	2.072.747	6,83%	5.577.837	5.453.154	2,29%
Ent. Filantrópica	9.885,0	4.111,0	140,45%	4.047,0	2.582,0	56,74%	13.932	6.693	108,16%
Total	265.354.921	251.013.193	5,71%	84.956.685	73.935.049	14,91%	350.311.606	324.948.242	7,81%

O incremento do volume faturado ocorreu, principalmente, em função do crescimento do número de ligações ativas de água (4,61%) e esgoto (3,88%) em relação ao ano de 2011.

Ligações Ativas	2012	2011	Variação
Água	1.457.664	1.393.477	4,61%
Esgoto	468.501	451.013	3,88%

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Investimentos

A Cagece tem como responsabilidade a realização de ações de desenvolvimento institucional e operacional com vistas à melhoria contínua dos seus indicadores e a expansão dos seus serviços. Os recursos orçamentários provêm de recursos próprios diretamente arrecadados, operações de crédito interno, operações de crédito externo e recursos de transferências por convênios firmados com o Governo do Estado.

No ano de 2012, foram investidos R\$ 263,5 milhões, aplicados no ativo intangível, no ativo imobilizado administrativo, no Projeto Alvorada e no Projeto KFW II, sendo originado de recursos de financiamentos internos e externos, recursos próprios e valores do Governo do Estado do Ceará, para ações em gestão, implantação, ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário em todo o Estado, representando um crescimento de 64.87 ligações ativas de água um crescimento de 4,61% e 17.488 ligações ativas de esgoto representando um crescimento de 3,88% em relação a 2011.

Dentre os recursos investidos, podemos destacar a execução da Ampliação da Estação de Tratamento de Água da zona Oeste de Fortaleza de 1,5 m³/s para 5,0 m³/s, o que elevará a capacidade de produção de água tratada para a Região Metropolitana em 30% e também servirá para melhorar a eficiência do sistema integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), principalmente em momentos de paradas para manutenção preventiva e corretiva.

Fornecimento de Água Tratada

A Cagece, sob a perspectiva de assegurar o abastecimento de água tratada na Região Metropolitana de Fortaleza cuja abrangência atinge Fortaleza e parte dos municípios: Caucaia, Maracanaú, Eusébio e Pacatuba produziram no ano de 2012 um volume de 243.211.582 m³ de água tratada na estação de tratamento de água (ETA-Gavião) em 2011 foram 220.365.255 m³, totalmente dentro dos padrões exigidos pela portaria MS 518/2004, aduzindo para o macrosistema um volume de 226.213.321 m³ em 2011 foram 218.816.177 m³ de água aduzidos ao macrosistema com um índice de continuidade de 93,01% em média no referido exercício, eficiência obtida através da operação automatizada realizada pelo Centro de Controle Operacional – CECOP, substituição de tubulações comprometidas e iniciativas rotineiras/cotidianas preventivas, objetivando reduzir perdas e dar confiabilidade ao sistema macrodistribuidor de Fortaleza, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Tratamento do Esgoto

O índice de cobertura de esgotamento sanitário no município de Fortaleza é de 53,71% (dez/12), contabilizando todo o estado do Ceará, este índice é de 37,82%, 0,77% maior que em 2011 que encerrou o exercício com um índice de cobertura de 37,05%. A Cagece vem trabalhando insistentemente para aumentar estes valores, visto que, a qualidade de vida das pessoas está diretamente ligada ao bom serviço de coleta e tratamento de esgotos.

A Cagece se orgulha em tratar 100% de todo o esgoto coletado no estado do Ceará. Em Fortaleza, na região mais adensada da cidade, existe um sistema complexo de coleta de efluentes, que vai desde redes coletoras simples até grandes interceptores, que chegam a 1.750 mm de diâmetro. Juntamente com grandes sistemas elevatórios, todo o efluente é transportado até a EPC – Estação de Pré-Condicionamento, onde é realizada a retirada de areia e materiais sólidos e grosseiros, quando o efluente é lançado no mar. Para evitar que as praias sofram qualquer tipo de poluição ou contaminação, a Cagece como forma de prevenção faz o acompanhamento da pluma de dispersão do efluente e segue todas as diretrizes do órgão ambiental licenciador.

Nas áreas menos adensadas existem grandes conjuntos habitacionais, como o Palmeiras, São Cristóvão e o José Walter, todos com sistema de esgotamento sanitário contendo redes coletoras, sistemas elevatórios e estação de tratamento. A Unidade Metropolitana de Tratamento de Esgoto gerencia 44 Estações de Tratamento e 74 Estações Elevatórias atendendo parte da região metropolitana, com capacidades e tecnologias diferentes, com vazões que vão desde 5 L/s até 350 L/s, e estações do tipo decanto-digestor seguido de filtro anaeróbio, reatores UASB, lagos de estabilização e sistemas de lodos ativados.

Para o controle dos equipamentos das várias unidades do sistema de esgotamento, a Cagece dispõe de um sistema de automação de controle do esgoto (CECOE), este sistema permite operar remotamente parte das elevatórias e a EPC – Estação de Pré-Condicionamento. Este sistema também tem a capacidade de gerar e armazenar os dados históricos com alta confiabilidade, para que possam ser analisados quando da ocorrência de alguma falha, quebra ou anomalia.

A Cagece possui o controle de todos os resíduos gerados pelo sistema de esgotamento sanitário, sejam eles, advindos de estações elevatórias, estações de tratamento, ou mesmo da limpeza das redes coletoras e grandes interceptores. Todo o volume é disposto no Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia - ASMOC.

A Cagece continua desenvolvendo o seu sistema de macro-transporte de esgoto onde nos últimos 4 (quatro) anos foram implantados mais de 23.000m de novas linhas de transporte, através do Programa SANEAR II. Com a finalização deste programa o índice de cobertura de Fortaleza passa a ser de 64% em 2013.

Visando o futuro e o aumento da cobertura de esgotos na região metropolitana, a Cagece tem em seu planejamento a desativação de quase a totalidade das estações de tratamento de esgotos, que hoje requerem mão de obra intensiva, com elevado custo de manutenção e operação, e substituí-las por 3 (três) novas estações avançadas de tratamento de esgoto: ETE Cocó, ETE Miriú e ETE Siqueira, conseqüentemente localizadas nas 3 (três) grandes bacias hidrográficas da região metropolitana. A estação de tratamento do Cocó já está em fase de projeto na própria Cagece. As demais estações estão iniciando a fase de projeto básico através de um convênio com a USTDA (United States Trade and Development Agency), que é uma agência de fomento de tecnologia americana, juntamente com a empresa AECON. O contrato deve ser assinado ainda no início de 2013. A tendência é que possamos chegar perto da universalização da região metropolitana com a implantação destes projetos.

A Cagece, além de tratar cem por cento dos efluentes coletados, está em contínua evolução no que se refere à cobertura da rede coletora de esgoto, com o programa SANEAR II iniciado em 2005 alcançaremos a marca de 64,00% no Índice de Cobertura de Esgoto de Fortaleza. Concomitantemente está elaborando a atualização do plano diretor de esgoto da Região Metropolitana de Fortaleza. O referido plano terá papel balizador na concepção futura de expansão do macrosistema e integração dos sistemas de esgotamento sanitário isolados ao primeiro, convergindo para estruturas maiores de tratamento, reduzindo os custos do complexo e melhorando a eficiência no tratamento do esgoto. A EPC - Estação de Pré-condicionamento de esgoto da Cagece, destino último de toda a coleta de esgoto do macrosistema de Fortaleza, está passando por obras de melhorias operacionais, substituindo o gradeamento manual por mecanizado e também substituindo o conjunto de peneiras rotativas, ações essas que promovem melhoria na qualidade do esgoto pré-condicionado que é disposto no emissário submarino.

Qualidade da Água

O controle de qualidade da Cagece cumpriu, para todos os seus sistemas produtores de água, cem por cento do total de análises previstas nos planos de amostragem de 2012, conforme preconiza o Ministério da Saúde, no que diz respeito avaliação da potabilidade para consumo humano, relativo aos parâmetros microbiológicos, substâncias químicas que representam risco à saúde, cianotoxinas e padrão organoléptico.

Em janeiro de 2012 o Controle de Qualidade da Cagece iniciou as atividades no novo Laboratório Central, localizado no Bairro Pici em Fortaleza. Foram ativadas as unidades de Microbiologia, Hidrobiologia, Físico-Química de Água, Físico-Química de Águas Residuárias e de Preparação de Soluções Reagentes. A unidade de Microbiologia com dois ambientes laboratoriais destinados à realização de análises bacteriológicas, munida de equipamentos de microscopia com sistema de fluorescência para análise de *Cryptosporidium* e verificação de morfologia bacteriana; a unidade de Hidrobiologia totalmente equipada com microscópios de última geração, capazes de realizar não só a qualificação e quantificação de organismos fitoplanctônicos como também marcação e medição de células, com ambiente específico para realização de ensaios biológicos de toxicidade e clorofila a, e um ambiente específico para realização de análises de Hepatotoxinas e Neurotoxinas através de Cromatografia Líquido de Alta Eficiência; as unidades Físico-química de água e Físico-química de Águas Residuárias, com instrumentos necessários à realização de análises de média complexidade; e uma unidade de Preparação de Reagentes e Soluções para fornecimento dos insumos analíticos a todas as unidades laboratoriais da Cagece.

No segundo semestre do ano foram iniciadas as implantações das análises de íons e Metais Pesados e Semimetais na unidade de Inorgânicos; assim como dada a partida das instalações dos Cromatógrafos Gasosos na unidade de Orgânicos.

Essas novas unidades laboratoriais contribuíram para reforçar ainda mais o controle de qualidade da Companhia, que já conta atualmente com 08 laboratórios de médio porte localizados nas cidades de Russas, Itapipoca, Crateús, Sobral, Acopiara, Juazeiro, Quixadá e Fortaleza, além dos mini-laboratórios localizados nas Estações de Tratamento de Água, totalizando 203 laboratórios dedicados à aferição da qualidade da água produzida e distribuída pela Cagece.

A Cagece no ano de 2012 também participou de diferentes programas de proficiência laboratorial, que se constituem excelentes ferramentas para aferição da qualidade da medição analítica de seus laboratórios. São vários os benefícios advindos da participação neste tipo de programa, dentre eles destacamos a comparação que o laboratório pode fazer do seu desempenho frente a outros laboratórios semelhantes. A Cagece participou, com nove de seus laboratórios, em um total de dez rodadas, com três provedores de ensaio de proficiência: PEP CEDAE, ABES PROÁGUA, e do Programa da Rede Metrológica do Rio Grande do Sul. Para todas as rodadas dos diferentes programas os laboratórios da Cagece participantes obtiveram resultados bastante satisfatórios. Todos esses resultados têm enfatizado a competência da Companhia em realizar o perfeito monitoramento dos seus produtos.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O resultado positivo da Cagece, no exercício de 2012, consolida uma premissa de eficiência administrativa e aponta, de maneira favorável, para a realização das metas pactuadas no planejamento econômico financeiro 2012- 2015.

Receita Bruta de Serviços

Em 2012, a Cagece obteve uma receita bruta na ordem de R\$ 893,25 milhões, sendo R\$ 556,93 milhões com serviços de abastecimento de água; R\$ 191,57 milhões com serviços de esgotamento sanitário e R\$ 144,74 milhões com receitas de construção.

A receita bruta de água e esgoto em 2012 foi no montante de R\$ 748,51 milhões, representando um crescimento de 16,10 % em relação ao ano de 2011. Esse crescimento foi superior em relação aos anos anteriores, em virtude do aumento do valor faturado de água e esgoto; reajuste da tarifa de água e esgoto em média de 12,91% para as diversas categorias de consumo; aumento do volume faturado.

Em atendimento ao pronunciamento de nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$ 144,71 milhões (R\$ 192,35 milhões em 2011).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Serviços de abastecimento de água	556.933	489.777
Serviços de esgotamento sanitário	191.573	154.941
Receitas de construção	144.748	192.355
	893.254	837.073

Lucro Líquido

O Lucro Líquido, que tem como objetivo remunerar o investimento próprio e de terceiros, foi de R\$ 74,51 milhões no ano de 2012 (R\$ 46,43 milhões em 2011). O item que contribuiu para o aumento do lucro líquido em 2012, em

comparação ao ano de 2011, foi principalmente o aumento da receita operacional em virtude do reajuste tarifário médio de 12,91% em junho de 2012.

5. GESTÃO DE PESSOAS

Para que possa alcançar a missão e visão de futuro descritas em seu Planejamento Estratégico, assim como superar os desafios de mercado é fundamental para Cagece contar com profissionais competentes e comprometidos com os resultados organizacionais. Esse diferencial composto pelo nosso quadro de empregados é um ativo estratégico que procuramos preservar. A Cagece busca viabilizar o crescimento profissional por meio de oportunidades e reconhecimento. Anualmente 50% do corpo funcional é promovido pelos esforços empreendidos em educação formal, participação em comitês e apresentação de projetos de melhoria. As regras para promoção são disciplinadas na cartilha “Tempo e Mérito: promovendo os Cageceanos”.

Nossa corporação conta atualmente com 1136 empregados próprios, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com idade média de 51 anos, 379 empregados possuem de 30 a 34 anos de empresa e 207 possuem mais 34 anos. Dados que apontam uma futura renovação do corpo funcional. Em 2012 a Assembléia Legislativa do Ceará aprovou a realização de concurso público para os diversos níveis funcionais da empresa que hoje preenchem os cargos funcionais da seguinte forma:

ESCOLARIDADE		
ANO	2012	2011
Fundamental	327	331
Médio	238	239
Superior	308	318
Técnico	263	267
Total	1136	1155

A Cagece contrata prestadores de serviços conforme necessidade. Dispõe, nestas condições, de aproximadamente 2.994 profissionais em 2011 possuía 2.763 colaboradores contratados para prestação de serviço. Além disso, abrigamos 302 estagiários e 54 jovens aprendizes – que conjugam a oportunidade de trabalho à realização de cursos de qualificação através do Programa Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará.

A qualificação e a formação de nossos colaboradores sempre mereceu atenção especial, em 2012 foram investidos R\$ 667,6 mil em treinamentos para os colaboradores próprios da companhia, R\$ 268, 7 mil a mais que em 2011.

O processo de negociação coletiva 2012/2013 ocorreu em maio e envolveu representantes da empresa e do SINDIAGUA em 4 rodadas de negociação que findaram em um reajuste de 6% no salário e benefícios, o acordo coletivo de 2011/2012 resultou em um reajuste de 8,4%. A Cagece adota como política de benefícios o pagamento da participação dos lucros e resultado aos seus colaboradores. Em 2012, conforme ajustado com o sindicato na negociação coletiva de 2011, foi pago o valor integral de 100,78% do salário a 1136 funcionários por sua participação nos lucros e resultados (PLR).

6. CERTIFICAÇÕES DA QUALIDADE

Em 2012, a qualidade na prestação de serviços foi ratificada com a recertificação ISO 9001:2008 nos seguintes processos: i) Tratamento e Controle de Qualidade de Água das Estações de Tratamento de Água da ETA Gavião, ETA Maranguape, ETA Russas, ETA Poty (Crateús) e ETA Jaburu (Tianguá); ii) Verificação e Manutenção de

Medidores do Laboratório de Hidrometria da Cagece; iii) Controle de Qualidade da Água e dos Efluentes do Laboratório Central da Cagece; iv) Atendimento Presencial a Clientes em 12 lojas de atendimento da Capital e RMF, 1 loja de atendimento de Crateús e 2 lojas em Juazeiro do Norte. O órgão certificador foi a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Também em 2012 teve início a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001 nos laboratórios regionais da UN-BPA e UN-BSA, como estratégia para preparar esses laboratórios para implantação da Norma ISO 17.025:2005 conforme exigência da Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde.

Com relação ao processo de certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, teve início em 2012 a implantação do SGA – Sistema de Gestão Ambiental nas estações de tratamento de água do Gavião (UN-MPA), Jaburu e Poty (UN-BPA) e estação de tratamento de esgoto Maratoan (UN-BPA).

Em 2012, foi concedida ao Laboratório de Hidrometria da Cagece a licença para atuar como PEA - Posto de Ensaio Autorizado do INMETRO com base na Portaria 066/2005/INMETRO. Com o objetivo de manter o Laboratório de Hidrometria na condição de PEA, foi iniciada, ainda em 2012, a implantação conforme os requisitos da Norma ISO/IEC 17.025:2005 no referido laboratório.

7. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A Cagece tem o compromisso de compatibilizar suas atividades com a preservação do meio ambiente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, visando assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e corporativos.

Em 2012 a Cagece desenvolveu diversos projetos de controle sócio-ambiental, dentre eles:

- Monitoramento e Controle Ambiental do Sistema de Disposição Oceânica de Esgotos de Fortaleza (SDOES).

Os esgotos de Fortaleza têm como solução final à disposição oceânica. Antes, porém, estes efluentes recebem um tratamento primário na Estação de Pré-Condicionamento (EPC) para a retirada de materiais finos, grossos e areia através de gradeamento, peneiração e desoneração mecanizados. Após este condicionamento, os efluentes são bombeados através do emissário submarino a ponto de lançamento no mar, localizado a uma distância de 3,2 km do continente.

- Monitoramento Ambiental da Qualidade das Águas das Praias de Fortaleza

É realizado em parceria com a SEMACE e tem como objetivo o monitoramento da qualidade das águas das praias do município de Fortaleza e a identificação das fontes pontuais de poluição nas áreas de influência do Programa de Infraestrutura Básica em Saneamento – SANEAR II, que vem possibilitando a expansão do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza. Os relatórios apresentados desde o início do trabalho no ano de 2005 tem mostrado que o alcance da melhoria da qualidade ambiental a partir das obras do SANEAR depende das condições climáticas, da adesão da população ao sistema de esgoto, da implementação de políticas públicas eficientes de coleta de lixo e limpeza urbana e de uma maior conscientização ambiental com programas intensivos de educação ambiental.

- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A A3P é um projeto formulado e disseminado nas três esferas governamentais pelo MMA, desenhado para desempenhar um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. Essencialmente, a Agenda busca estimular os gestores e

colaboradores da empresa a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, com vistas à economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. No ano de 2012, a A3P desenvolveu e acompanhou projetos/ações voltados para os seguintes eixos estratégicos:

Gestão adequada dos resíduos gerados: No Programa de coleta seletiva de Lixo, intitulado coletando saúde e solidariedade, foram arrecadados cerca de 21 mil quilos de lixo que foram destinados a Entidade filantrópica Lar Amigos de Jesus que tem convenio firmado com a CAGECE. Esta campanha visa promover o engajamento dos empregados no esforço a preservação do meio ambiente, despertando o espírito voluntário e cidadania.

Projeto de Descontaminação de Lâmpadas Fluorescentes: Promoveu a coleta seletiva e descarte ambientalmente correto de 711 lâmpadas fluorescentes utilizadas nas unidades da Cagece.

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: Na ocasião da comemoração pelo Dia Mundial da ÁGUA em 2012, foi lançado projeto com o objetivo de reduzir o uso de copos descartáveis na empresa, onde só na sede chegavam a serem gastos em média 2.500 unidades/dia. Foram distribuídos no evento copos plásticos retráteis para todos os colaboradores da capital e interior, ficando o uso de copos descartáveis restrito aos visitantes. Essa ação resultou em uma diminuição no uso de copos descartáveis na ordem de 97,8%, gerando uma economia em média de R\$ 1.488 mensais.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho: Projeto Saúde Total destina-se a promover junto aos colaboradores da Cagece, a formação de grupos de apoio àqueles que enfrentam dificuldades de saúde ou estética em função de problemas com o sobrepeso ou obesidade corporal. Na companhia existem atualmente 4 grupos, com 67 colaboradores sendo assistidos pelo programa.

Sensibilização e Capacitação dos Servidores: foram realizados ao longo do ano treinamentos nas Unidades de Negócio da Capital e Interior para sensibilização dos colaboradores em relação a Agenda Ambiental na Administração pública A3P e Coleta Seletiva de Lixo. Foram treinados cerca de 600 colaboradores, dentre os empregados próprios, terceiros e estagiários.

Projeto Pop-up: Tem por objetivo a comunicação com todos os colaboradores da empresa, através de mensagens instantâneas que surgem na área de trabalho dos computadores com intenção de alertar para algum tema relacionado ao meio ambiente. Este projeto foi proposto pelo comitê e desenvolvido pela área de informática da companhia a custo zero e tem mostrado resultados bastante positivos, podendo ser observado nas ações e comentários dos colaboradores.

Projeto de Reuso

A CAGECE vem, de longa data, mantendo parcerias com a Universidade Federal do Ceará, para desenvolvimento de projetos de pesquisa e abriga na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de Aquiraz, o Centro de Pesquisa sobre Tratamento e Reuso de Águas Residuárias. Nele é utilizado efluente tratado da ETE para pesquisas em irrigação no plantio de mamão, mamona, melancia, feijão, tanzânia, girassol e helicônia, e também para piscicultura na criação de tilápia tailandesa. O Centro tem como finalidade ser referência na experimentação e na difusão de tecnologia de reuso para a região Nordeste. Através do convênio CAGECE/UFC, em 2011 foram desenvolvidos os projetos de pesquisa sobre Rampas de Escoamento Superficial, Irrigação de cana-de-açúcar, Criação de peixes em esgoto doméstico tratado, Dissertação de Mestrado sobre "Efeitos da suplementação com vitamina C em diferentes níveis de arraçoamento no cultivo de tilápia do Nilo em esgoto doméstico tratado", Tese de Doutorado "Uso de esgoto doméstico tratado na irrigação de culturas destinadas à produção de biodiesel".

Projeto de Aproveitamento de subprodutos

Durante os processos de tratamento de esgoto são produzidos alguns subprodutos na forma sólida, semi-sólida, líquida e gasosa, os quais podem requerer tratamento específico antes de sua disposição no meio ambiente, sendo, porém passíveis de reaproveitamento. Nesse sentido a Cagece vem desde 2011 implementando um projeto de pesquisa visando a conversão desses resíduos em biocombustíveis. No período foram feitos alguns ensaios em reatores de bancadas desenvolvidas para conversão da matéria orgânica contida nestes materiais em biodiesel, estando em avaliação a qualidade dos óleos obtidos e seu rendimento. Outra linha de pesquisa em subprodutos do tratamento de esgoto é a areia, cuja inertização possibilitará o seu aproveitamento na fabricação de blocos construtivos.

Programas de Responsabilidade Social

O Programa Sócio Ambiental de Educação e Saúde sensibilizou 251.191 pessoas e o Programa de Despoluição dos Recursos Hídricos atingiu a marca de 3.392 visitas realizadas.

Projeto Parque Eólico- Energia Limpa para um Futuro Sustentável

Visando a conservação ambiental, a eficiência energética e a contribuição para a redução do aquecimento global, a Cagece vem desenvolvendo o projeto Parque Eólico da CAGECE - Energia Limpa para um Futuro Sustentável, buscando formas de utilizar energias renováveis e limpas para atender a demanda de seus sistemas. Assim, após a seleção de dois projetos de Parques eólicos, em 2012 continuamos o processo de formação de uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, de forma a concretizar a instalação dos Parques Eólicos, para os quais a Cagece não fará qualquer investimento de instalação, participando com a garantia de compra da energia produzida.

8. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Companhia, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dentre outras atribuições, celebra convênios de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento. Dentre as novas tecnologias prospectadas e avaliadas em 2012 destacamos as seguintes:

- Convênio Com Instituto Euvaldo Lodi (IEL) - Realização de diagnóstico dos serviços relativos aos processos finalísticos da Cagece e definição dos temas estratégicos, o valor investido foi R\$ 62,7 mil;
- Convênio com a Universidade Federal do Paraná – Execução de projeto sobre mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), valor investido de R\$ 50 mil;
- Convênio com a Universidade Federal do Ceará – Desenvolvimento do Sistema de Precisão para supervisão de controle de qualidade de água, dosagem de produtos químicos e lavagem de filtros, aplicados nas ETAs com o objetivo de otimizar os processos e monitorar o produto final, valor investido de R\$ 47,1 mil;
- Convênio com a Universidade Federal do Ceará – caracterização do regime de corrente marinhas na costa de Fortaleza nas proximidades do emissário submarino, valor investido de R\$ 47,3 mil;
- Convênio com a Universidade Federal do Ceará – Desenvolvimento de biocombustíveis a partir de subprodutos do tratamento de esgoto sanitário, valor investido de R\$ 279, 2 mil;
- Convênio com a Universidade Federal do Ceará – Estudo de identificação, quantificação e remoção de cianotoxinas em água de abastecimento público por processo oxidativo avançado, utilizando carvão ativado, valor investido de R\$ 133,9 mil;

9. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece recebeu vários prêmios e reconhecimentos durante o ano de 2012 em virtude de sua atuação nas áreas social, ambiental, operacional, administrativa e financeira. O reconhecimento partiu de diversas entidades e parcelas da sociedade civil organizada como: i) Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) – Nível B - Troféu cobre - Prêmio que analisa critérios de gestão e administração das empresas de saneamento. As Unidades de Negócio da Bacia do Alto Jaguaribe – UNBAJ, da Bacia do Baixo Jaguaribe – UNBBJ e da Bacia do Parnaíba conquistaram o prêmio na categoria cobre; ii) PNQS IGS - Inovação da Gestão em Saneamento: dentre as 10 finalistas a Unidade de Negócio Metropolitana Norte – UNMTN com os cases: Conselho de Clientes e Portas Abertas ; iii) Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho - PSQT - promovido pelo SESI: 1º lugar para empresas de porte médio - categoria Inovação: Cagece com a prática: Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores no Tratamento de Água; iv) Prêmio Ceará de Cidadania Eletrônica. A Cagece foi premiada em dois projetos: 1º lugar na categoria de Governança de TI com o Projeto Gerenciamento de Riscos e Controle de Tecnologia da Informação; 2º lugar na categoria TI Verde com o Projeto Eficientização Energética do Data Center; v) 8º lugar Prêmio Delmiro Gouveia.

10. AMBIENTE REGULATÓRIO

A partir das novas diretrizes nacionais para o saneamento básico – Lei Federal nº 11.445/2007, da Lei Estadual 14.394/2009 que define a atuação da ARCE – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, relacionada aos Serviços Públicos de Saneamento Básico e da Lei Municipal 9.500/2009 que define a atuação da ACFOR – Autarquia de Regulação e Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, a Cagece é submetida à fiscalização e regulação, inclusive tarifária, desses agentes reguladores, que anualmente deverão elaborar diagnóstico da situação técnica e econômica da empresa.

A partir de 2010, para atender demandas oriundas do novo cenário regulatório, a Cagece passou a elaborar suas demonstrações de resultado segregadas por produto e por município. Segue abaixo sua Demonstração do resultado do exercício de 2012, segregada por produto:

**Relatório da Administração do
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

	2012			2011		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita bruta de serviços	556.933	191.573	748.506	489.777	154.940	644.717
Receita bruta de construção	83.928	60.820	144.748	79.908	112.447	192.355
	<u>640.860</u>	<u>252.393</u>	<u>893.254</u>	<u>569.685</u>	<u>267.388</u>	<u>837.072</u>
Deduções da Receita (PIS e COFINS)	(51.519)	(17.785)	(69.304)	(45.305)	(14.337)	(59.642)
Receita líquida	589.341	234.609	823.950	524.379	253.051	777.431
Custo dos serviços prestados	(277.541)	(92.732)	(370.273)	(261.937)	(86.320)	(348.256)
Custo de construção	<u>(83.719)</u>	<u>(60.668)</u>	<u>(144.387)</u>	<u>(79.730)</u>	<u>(112.184)</u>	<u>(191.914)</u>
Lucro bruto	<u>228.081</u>	<u>81.209</u>	<u>309.290</u>	<u>182.713</u>	<u>54.547</u>	<u>237.260</u>
Despesas operacionais	(159.596)	(22.567)	(182.163)	(137.817)	(36.252)	(174.069)
Lucro operacional	68.485	58.642	127.127	44.896	18.295	63.191
Receitas (despesas) financeiras	(2.392)	(19.472)	(21.864)	919	2.711	3.629
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.093	39.170	105.263	45.815	21.006	66.821
Imposto de renda e contribuição social	<u>(19.303)</u>	<u>(11.440)</u>	<u>(30.742)</u>	<u>(13.984)</u>	<u>(6.412)</u>	<u>(20.396)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>46.791</u>	<u>27.730</u>	<u>74.521</u>	<u>31.830</u>	<u>14.594</u>	<u>46.425</u>

Ainda obedecendo a orientação legal, a Cagece é frequentemente fiscalizada pela Arce e procura atender às determinações e recomendações decorrentes de Termos de Notificação, além de apresentar suas justificativas técnicas, legais e fáticas. Esta conduta tem resultado na lavratura de pouco Autos de infração e na aplicação de multas de valores não expressivos.

9 . AUDITORIA EXTERNA

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em:

- (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

**Relatório da Administração do
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM-381/03 a firma de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestou serviços que não estejam relacionados a auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Em 2012, a Cagece desenvolveu importantes ações de melhorias operacionais que ratificam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e com a realização de sua visão de futuro. O grupo diretor e seus colaboradores agradecem a confiança depositada pelo Governo do Estado do Ceará, Municípios Concedentes e Clientes e asseguram seu compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento da excelência da Cagece e pelo desenvolvimento do estado do Ceará.

Fortaleza-Ce, 22 de março de 2013.

André Macêdo Facó
Diretor Presidente

José Alberto Alves de Albuquerque Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete S. Araújo
Diretor de Operações

Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia

Roberta Azevedo de Menezes
Contadora – CRC-CE 015649/O-5

Flávia Liduina Costa Gurgel
Gerente de Controladoria

Índice

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	9
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	10
2.1 Base de preparação	10
2.2 Apresentação de informações por segmento	10
2.3 Conversão de moeda estrangeira	10
2.4 Caixa e equivalentes de caixa	11
2.5 Instrumentos financeiros	11
2.5.1 Ativos financeiros	11
2.5.1.1 Classificação	11
2.5.1.2 Reconhecimento e mensuração	11
2.5.1.3 <i>Impairment</i> de ativos financeiros	12
2.5.2 Passivos financeiros	12
2.5.2.1 Classificação	12
2.5.2.2 Reconhecimento e mensuração	13
2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros	13
2.5.4 Contas a receber de clientes	13
2.5.5. Ativos financeiros – concessão	13
2.6 Estoques	13
2.7 Ativos intangíveis	13
2.8 Imobilizado	15
2.9 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	15
2.10 Empréstimos e financiamentos	16
2.11 Fornecedores e outras contas a pagar	16
2.12 Provisão para contingências e depósitos judiciais	16
2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17
2.14 Benefícios a empregados	17
2.15 Capital social	18
2.16 Subvenções e assistências governamentais	19
2.17 Receita	19
2.18 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	20
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	21
4 Gestão de risco financeiro	23
4.1 Fatores de risco financeiro	23
4.2 Gestão de capital	26
4.3 Qualidade do crédito dos ativos financeiros	27
4.4 Estimativa do valor justo	27
5 Instrumentos financeiros por categoria	29
6 Caixa e equivalente de caixa	30
7 Contas a receber de clientes	30
8 Estoques	32
9 Tributos a recuperar	32
10 Adiantamentos a empregados	32
11 Projeto Alvorada	32
12 Projeto KfW II	33
13 Imposto de renda e contribuição social diferidos	34
14 Depósitos judiciais	34
15 Depósitos vinculados a garantias	36
16 Ativos financeiros – contratos de concessão	36

Índice

17	Imobilizado	38
18	Intangível	39
19	Fornecedores	40
20	Empréstimos e financiamentos	40
21	Obrigações sociais	42
22	Tributos a recolher	42
23	Obrigações com clientes	45
24	Provisão para contingências	45
25	Capital social	47
26	Reservas de lucros	48
27	Dividendos mínimos propostos	49
28	Adiantamento para futuro aumento de capital	50
29	Informações por segmento	50
30	Imposto de Renda e Contribuição Social	51
31	Partes relacionadas	51
32	Instrumentos financeiros	52
33	Honorários da Administração	52
34	Previdência complementar	53
35	Incentivo a aposentadoria - PRSP	53
36	Lucro por ação básico e diluído	54
37	Receita de serviços	55
38	Custos dos serviços prestados	55
39	Despesas comerciais	55
40	Despesas administrativas	56
41	Despesas tributárias	56
42	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	56
43	Seguros	56
44	Eventos subsequentes	57

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	55.738	48.528	Fornecedores (Nota 19)	77.838	92.194
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		226	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	49.447	43.712
Depósitos vinculados	2.337	2.651	Obrigações sociais (Nota 21)	14.948	14.764
Contas a receber de clientes (Nota 7)	118.332	107.171	Incentivo a aposentadoria – PRSP (Nota 35)	9.516	8.345
Estoques (Nota 8)	7.736	7.731	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.345	9.146
Tributos a recuperar (Nota 9)	220	19.111	Tributos a recolher (Nota 22)	11.948	18.547
Adiantamentos a empregados (Nota 10)	2.787	2.801	Dividendos a pagar	34	34
	<u>187.150</u>	<u>188.219</u>	Acordos judiciais a pagar		6.168
			Obrigações com clientes (Nota 23)	7.928	6.756
			Provisões para ações judiciais (Nota 24)	11.852	8.349
				<u>184.856</u>	<u>208.015</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos LP (Nota 20)	406.022	335.310
Projeto Alvorada - recursos aplicados (Nota 11)	173.992	170.975	Incentivo a aposentadoria – PRSP LP (Nota 35)	12.032	15.388
Projeto KfW II - recursos aplicados (Nota 12)	21.541	20.037	Tributos a recolher LP (Nota 22)	49.108	46.428
Créditos tributários diferidos (Nota 13)	17.096	14.189	Projeto Alvorada - recursos recebidos (Nota 11)	173.253	172.249
Depósitos judiciais (Nota 14)	5.290	3.539	Projeto KfW II - recursos recebidos (Nota 12)	20.728	16.397
Depósitos para reinvestimento (Nota 22 (a))	23.313	22.103	Provisões para ações judiciais (Nota 24)	10.478	16.634
Depósitos vinculados a garantias (Nota 15)	7.964	7.508	Garantias contratuais de fornecedores	2.946	2.844
Ativos Financeiros – contratos de concessão (Nota 16)	55.901	49.836	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 28)	193.231	150.647
Outros ativos	169	173		<u>867.798</u>	<u>755.897</u>
	<u>305.266</u>	<u>288.360</u>		<u>1.052.654</u>	<u>963.912</u>
Imobilizado (Nota 17)	28.260	59.230	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 18)	1.858.570	1.691.283	Capital social (Nota 25)	1.200.208	1.187.796
	<u>2.192.096</u>	<u>2.038.873</u>	Reservas de lucros (Nota 26)	126.384	75.384
				<u>1.326.592</u>	<u>1.263.180</u>
Total do ativo	<u>2.379.246</u>	<u>2.227.092</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.379.246</u>	<u>2.227.092</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações continuadas		
Receita de serviços (Nota 37)	823.948	777.431
Custos dos serviços prestados (Nota 38)	<u>(514.660)</u>	<u>(540.172)</u>
Lucro Bruto	309.288	237.259
Despesas comerciais (Nota 39)	(87.402)	(56.098)
Despesas administrativas (Nota 40)	(101.722)	(97.786)
Despesas tributárias (Nota 41)	(19.978)	(19.607)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>721</u>	<u>(575)</u>
Lucro operacional	100.907	63.193
Receitas financeiras	21.317	21.686
Despesas financeiras	<u>(16.960)</u>	<u>(18.057)</u>
Receita (despesa) financeiras, líquidas (Nota 42)	<u>4.357</u>	<u>3.629</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	105.264	66.822
Imposto de renda e contribuição social (Nota 30)	(41.723)	(22.058)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda (Nota 30)	8.073	4.921
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 30)	<u>2.907</u>	<u>(3.260)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>74.521</u>	<u>46.425</u>
Quantidade de ações ordinárias em circulação no final do exercício (Nota 25)	116.904	116.904
Quantidade de ações preferenciais em circulação no final do exercício (Nota 25)	56.430	56.430
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia - R\$ (Nota 36)		
Ordinárias	0,64	0,40
Preferenciais	0,71	0,44

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	<u>Reserva de lucros</u>						Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2010	1.187.796	10.661	7.369	2.919	17.806		1.226.551	
Lucro líquido do exercício						46.425	46.425	
Destinação do lucro:								
Constituição de reservas (Nota 26)		2.321	3.918	4.921		(11.160)		
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 27)						(9.796)	(9.796)	
Dividendos adicionais propostos (Nota 27)					25.469	(25.469)		
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.187.796</u>	<u>12.982</u>	<u>11.287</u>	<u>7.840</u>	<u>43.275</u>		<u>1.263.180</u>	
Integralização de capital (Nota 25)	12.412			(7.840)			4.572	
Lucro líquido do exercício						74.521	74.521	
Destinação do lucro:								
Constituição de reservas (Nota 26)		3.726	6.272	8.073		(18.071)		
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 27)						(15.681)	(15.681)	
Dividendos adicionais propostos (Nota 27)					40.769	(40.769)		
Em 31 de dezembro de 2012	<u>1.200.208</u>	<u>16.708</u>	<u>17.559</u>	<u>8.073</u>	<u>84.044</u>		<u>1.326.592</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	105.264	66.822
Ajustes		
Depreciação e amortização	59.083	58.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.392	(14.229)
Juros e variações monetária e cambial	12.569	14.729
	<u>193.308</u>	<u>125.924</u>
Variações nos ativos e passivos		
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	226	(23)
Depósitos vinculados	314	3.624
Contas a receber	(27.553)	(871)
Estoques	(5)	1.912
Tributos a recuperar	18.891	1.957
Tributos a recolher	(20.069)	(4.290)
Créditos tributários diferidos	(2.907)	3.259
Depósitos para reinvestimento	(1.210)	(4.759)
Ativos Financeiros – contratos de concessão	(6.065)	(5.382)
Outros ativos	(2.189)	(4.604)
Fornecedores	(14.356)	11.787
Incentivo a aposentadoria - PRSP	(2.185)	(812)
Provisão para contingências	(2.653)	(3.946)
Projetos Alvorada e KfW II	814	(2.408)
Acordos judiciais e a pagar	(6.168)	6.168
Outros passivos	1.458	(29)
	<u>129.651</u>	<u>127.507</u>
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos	(26.559)	(20.682)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.394)	(15.250)
	<u>80.698</u>	<u>91.575</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do imobilizado / intangível	(172.332)	(205.152)
Redução ao Imobilizado / intangível	7.781	6.956
	<u>(164.551)</u>	<u>(198.196)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(37.855)	(33.335)
Ingressos de empréstimos	97.443	88.765
Integralização de capital	4.572	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>26.903</u>	<u>59.716</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>91.063</u>	<u>115.146</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.210	8.525
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>48.528</u>	<u>40.003</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>55.738</u></u>	<u><u>48.528</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Em milhares de reais

	2012	2011
Receitas		
Vendas de serviços	748.506	644.717
Venda de Construções	144.748	192.356
Outras receitas	730	(573)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(16.392)	14.229
	877.592	850.729
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	(66.473)	(65.471)
Água bruta	(31.022)	(26.830)
Materiais de tratamento	(32.806)	(34.794)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(80.404)	(80.901)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(151.382)	(136.261)
Créditos de Insumos	28.053	27.220
Custos de Construções	(144.387)	(191.914)
	(478.421)	(508.951)
Valor adicionado bruto	399.171	341.778
Depreciação e amortização	(59.083)	(58.602)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	340.088	283.176
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.317	21.686
Valor adicionado a distribuir	361.405	304.862
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	91.603	87.687
Benefícios	23.606	19.728
FGTS	5.528	5.279
Honorários de diretoria	2.699	1.836
Participação dos empregados nos lucros	4.946	4.424
Planos de aposentadorias e pensão	4.440	4.975
	132.822	123.929
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	110.718	91.626
Estaduais	482	614
Municipais	289	260
Agentes reguladores	8.536	7.146
Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	6.384	5.448
	126.409	105.094
Financiadores		
Juros	11.741	12.371
Outras despesas financeiras	5.219	5.686
Aluguéis	10.693	11.357
	27.653	29.414
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos (distribuídos)	58.840	36.629
Dividendos	15.681	9.796
	74.521	46.425
Valor adicionado distribuído	361.405	304.862

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971, e tem por objetivo o tratamento e a distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgotos sanitários no Estado do Ceará, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia atuava em 150 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque as quinze maiores concessões de água e esgoto, por faturamento anual, das quais a Companhia é detentora, conforme a seguir:

Localidade	Vencimento
Fortaleza	2033
Juazeiro do Norte	2033
Caucaia	2013
Maranguape	2032
Sao Gonçalo do Amarante	2032
Crateús	2032
Quixadá	2034
Itapipoca	2012
Tianguá	2036
Russas	2024
Pacajus	2033
Horizonte	2024
Eusébio	2032
Itaitinga	2024
Pacatuba	2033

O contrato de concessão celebrado com o município Caucaia tem prazo de vencimento previsto para abril de 2013. A Companhia já iniciou junto à prefeitura municipal o processo de negociação para renovação do prazo desta concessão por mais 30 anos. A administração entende que a renovação das referidas concessões é provável.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria Colegiada em 22 de março de 2012. Estas demonstrações financeiras serão submetidas a aprovação dos acionistas que poderá manifestar-se sobre o relatório de administração e demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 5).

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos prejuízos do exercício apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do negócio, é o Conselho de administração juntamente com a Diretoria-Colegiada.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado do período.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

2.5.1.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria compreendem as “Aplicações Financeiras remuneradas em Certificado de Depósitos Bancário (CDB)” e estão classificadas no ativo circulante (Nota 5 “a”).

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Ativos financeiros – Concessão”, “Caixa e equivalentes de caixa” e “Contas a receber de clientes” (Nota 5 “a”).

2.5.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.1.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento classificado como empréstimos e recebíveis tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.2 Passivos financeiros

2.5.2.1 Classificação

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, incentivo a aposentadoria - PRSP e obrigações com clientes.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.5.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

2.5.5 Ativos financeiros - Concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato. Nenhum ativo financeiro foi reconhecido, em função da expectativa e do histórico da continuidade da prestação de serviços.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los as suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.7 Intangível

(a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direitos de uso – Concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se for o caso.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5
Ferramentas	5
Veículos	5
Instalações	10
Máquinas	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Edificações	25

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3 (a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Provisão para ações judiciais e depósitos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período compreendem aos tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação Cagece de Previdência Complementar – Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável - PCV, em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais a Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O plano de Contribuição Definida é aquele em que se define previamente o valor da contribuição, em percentagem salarial e o benefício será determinado de acordo com os valores contribuídos e a capitalização desses recursos. Nessa modalidade de plano o risco de desequilíbrio ou benefício menor que o planejado acaba sendo transferido para o participante.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes

(b) Benefícios de rescisão – Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado - PRSP

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão como despesa quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, são descontados a valor presente, tomando por base o mês da adesão, sendo contabilizados como despesa financeira.

(c) Participação nos resultados - Obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia possui uma política de participação nos resultados com o objetivo de distribuir numerários aos empregados com base no desempenho dos indicadores determinados no Planejamento e Gerenciamento Estratégico dos Resultados da Companhia.

As Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de participação nos lucros prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

2.17 Receita

(a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Para os contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção. A margem de lucro considerada pela Companhia é de 0,25% aplicada sobre o custo de construção para determinar a receita de construção.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros.

2.18 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados; (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da companhia e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria companhia é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma companhia deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia, uma vez que a Companhia não possui investimentos em controle conjunto.
- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras companhias, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2011 e 2012, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema patrimonial da Companhia. Entretanto, está em andamento um processo licitatório para contratar empresa especialista com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia. O início dos trabalhos ocorreu no exercício de 2012 e seu prazo de finalização está previsto para outubro de 2013.

(b) Provisão para incentivo a aposentadoria – PRSP

O Plano de Reconhecimento dos Serviços Prestados - PRSP incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 13,81% a.a. para as adesões de 2008 e 2009, 13,64% a.a. para as adesões ocorridas em 2010, 12% a.a. para as adesões ocorridas a partir de 2012. Essa taxa foi calculada com base na taxa *WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital)* da Companhia dos respectivos anos. O detalhe do plano está descrita na Nota 35.

(c) Reconhecimento de receita – Contratos de construção

A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo mais margem.

A companhia apura a receita de construção utilizando-se da margem de 0,25%, conforme demonstrado na Nota 16.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa esta descrito na Nota 7.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(e) Provisão para ações judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(f) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

O critério para mensuração do valor justo dos ativos financeiros esta descrito na Nota 4.4.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelas gerências financeira, de controladoria e gestoras dos programas de investimentos, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria da Empresa e Conselho de administração. Através de análises mensais essas áreas identificam, avaliam e propõem medidas para a Diretoria da Empresa e Conselho de administração contra eventuais riscos financeiros. A partir dessas propostas, são deliberadas pela Direção da Companhia as ações a serem adotadas pelas áreas gestoras de riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de ativo de disponibilidades em moeda estrangeira e passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, a despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012, ao dólar estadunidense, estava assim representada:

	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 20)	179.081

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$ 276.389 (Nota 20) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1 (d).

(b) Risco de crédito

A Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: Particulares, Órgãos Públicos e Serviços Indiretos.

Particulares – serviços prestados a clientes pessoa física e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais, etc.).

Órgãos Públicos – serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

Para os órgãos da esfera municipal, além da ação de corte do fornecimento de água, a Companhia informa semestralmente ao Governo do Estado a relação dos devedores e este por sua vez bloqueia os repasses de verbas até que órgãos regularizem seus débitos com a Companhia.

Serviços Indiretos – trata-se de serviços relacionados a ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do Inciso V do Art.40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado num prazo de 30 dias.

De uma forma geral a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 45 dias) realizada pela Gerência Financeira, e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela diretoria colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda as cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: 1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); 2) excesso de arrecadação; e 3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto prazo, por meio de Fundo de Investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou prefixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2012					
Financiamentos	49.446	82.540	108.528	214.955	455.469
Fornecedores	77.838				77.838
Incentivo a aposentadoria - PRSP	9.516	8.981	2.849	202	21.548
Obrigações com clientes	7.928				7.928
Em 31 de dezembro de 2011					
Financiamentos	43.712	81.315	76.127	177.868	379.022
Fornecedores	92.194				92.194
Incentivo a aposentadoria - PRSP	8.345	12.170	2.951	267	23.733
Obrigações com clientes	6.576				6.576

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o CPC 40 e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>Risco</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo Financeiro				
Empréstimos e Financiamentos				
Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades e BNDES				
- Passivo	Alta do indexador	(276.389)	(345.486)	(414.584)
- Impacto no resultado			(69.097)	(138.195)
BID				
- Passivo	Alta do U\$\$	(179.081)	(223.851)	(268.622)
- Impacto no resultado			(44.770)	(89.541)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Total dos empréstimos (Nota 20)	455.469	379.022
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(55.738)	(48.528)
Dívida líquida	399.731	330.494
Total do patrimônio líquido	1.326.592	1.263.180
Total do capital	1.726.323	1.593.674
Índice de alavancagem financeira - %	23	21

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

4.3 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
brAAA	55.734	23.381
AA+ (bra)		25.353
Outros (*)	<u>4</u>	<u>20</u>
	<u>55.738</u>	<u>48.754</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de *rating* utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco do Nordeste do Brasil	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Industrial e Comercial S.A.	A+ (bra)	Aa1.br	brAA

4.4 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (IFRS 7) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (isto é, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inserções não observáveis) (nível 3).

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado usado para os ativos financeiros é o preço atual de contratação. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados de mercado observáveis onde disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados de mercado observáveis, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específica utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- . Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- . Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O único instrumento financeiro avaliado a valor justo mantido pela Companhia é representado por investimentos de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB), classificados como Ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, no montante de R\$ 226 em 31 de dezembro de 2011. Estes investimentos são ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e são classificados pela Companhia como no nível 2.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) 31 de dezembro de 2012

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Ativos financeiros – contratos de concessão	55.901		55.901
Contas a receber de clientes	118.332		118.332
Caixa e equivalentes de caixa	55.738		55.738
	<u>229.971</u>		<u>229.971</u>
Outros passivos financeiros			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Incentivo a aposentadoria – PRSP		21.548	
Empréstimos e financiamentos		455.469	
Fornecedores		77.838	
Obrigações com clientes		7.928	
		<u>562.783</u>	

(b) 31 de dezembro de 2011

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Ativos financeiros – contratos de concessão	49.836		49.836
Contas a receber de clientes	107.171		107.171
Certificado de Depósito Bancário – CDB		226	226
Caixa e equivalentes de caixa	48.528		48.528
	<u>205.535</u>	<u>226</u>	<u>205.761</u>
Outros passivos financeiros			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Incentivo a aposentadoria – PRSP		23.733	
Empréstimos e financiamentos		379.022	
Fornecedores		92.194	
Obrigações com clientes		6.756	
		<u>501.705</u>	

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	2	3
Bancos conta movimento	2.318	2.424
Bancos conta arrecadação	189	139
Aplicações financeiras	<u>53.229</u>	<u>45.962</u>
	<u>55.738</u>	<u>48.528</u>

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	<u>Tipo</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	6.729	9.170
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	Cotas diárias	834	4.469
Banco do Brasil S.A.	CP Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	31.062	8.311
Caixa Econômica Federal	FIC Personal	Renda Fixa	Cotas diárias	574	6.661
Caixa Econômica Federal	FIC Especial	Renda Fixa	Cotas diárias	9.091	12.548
Caixa Econômica Federal	FIC Executivo	Renda Fixa	Cotas diárias	451	109
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	Cotas diárias	1.018	
Caixa Econômica Federal	Poupança			<u>3.470</u>	<u>4.694</u>
				<u>53.229</u>	<u>45.962</u>

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária e poupança. Os fundos não são exclusivos da Companhia e a participação dentro do fundo não é significativa. Todas as aplicações financeiras em aberto em 31 de dezembro de 2012 garantem liquidez imediata e são utilizados para gerenciamento do caixa da Companhia.

7 Contas a receber de clientes

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Particulares	148.517	129.924
Órgãos públicos	16.112	12.044
Serviços indiretos	14.710	13.223
Serviços prestados a faturar	<u>43.981</u>	<u>38.300</u>
Subtotal	<u>223.320</u>	<u>193.491</u>
Agentes arrecadadores	2.067	2.646
(-) Arrecadação a discriminar	(5.766)	(4.069)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD	<u>(101.289)</u>	<u>(84.897)</u>
	<u>118.332</u>	<u>107.171</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Composição das contas a receber de usuários por período de vencimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
A vencer	103.249	93.231
Vencidos:		
1 a 30 dias	19.403	14.682
31 a 60 dias	6.975	4.708
61 a 90 dias	3.168	2.351
91 a 180 dias	7.075	4.285
mais de 180 dias	83.450	74.234
	<u>223.320</u>	<u>193.491</u>

Os valores registrados na conta Agentes arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.

A conta Arrecadação a discriminar contempla os valores dos recebimentos de clientes, ainda não classificados no sistema comercial da Companhia.

A Companhia adota, como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (a) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 90 dias e valor até R\$ 5;
- (b) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 90 dias e valor superior a R\$ 5, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (c) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que encontram-se nos critérios acima; e
- (d) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A PCLD apresenta a seguinte movimentação:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	84.897	92.650
Constituição (reversão)	16.392	(7.753)
	<u>101.289</u>	<u>84.897</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

8 Estoques

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Materiais administrativos	641	520
Materiais técnicos	8.155	7.708
(-) Provisão para ajuste ao valor de mercado ou outras perdas prováveis na realização	<u>(1.060)</u>	<u>(497)</u>
	<u>7.736</u>	<u>7.731</u>

Os valores registrados como materiais administrativos correspondem aos materiais de escritório, limpeza, informática, dentre outros. Os materiais técnicos, referem-se a valores destinados a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

9 Tributos a recuperar

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto de renda a compensar	181	8.970
Contribuição social a compensar	12	6.101
Créditos PIS	6	598
Créditos COFINS	<u>21</u>	<u>3.442</u>
	<u>220</u>	<u>19.111</u>

10 Adiantamentos a empregados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salário pessoal a disposição	1.616	1.623
Férias	952	980
Salário	136	127
Despesas com viagens	62	46
Vale-transporte	<u>21</u>	<u>25</u>
	<u>2.787</u>	<u>2.801</u>

Os valores registrados na rubrica “Salário pessoal a disposição” refere-se a valores pagos pela Companhia a colaboradores que estão cedidos a órgãos dos governos municipais.

11 Projeto alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará. Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Conforme a Cláusula 15^a do Convênio nº 039/2001, “Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do Artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares”. Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, tendo sido prorrogado para ser finalizado até setembro de 2013, momento no qual a CAGECE firmará compromisso de operar o sistema de saneamento objeto deste Convênio, bem como serão cedidos pela Fundação à CAGECE os bens patrimoniais construídos.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 173.992 (2011 - R\$ 170.975), denominada de Projeto Alvorada – recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada – recursos recebidos, no montante de R\$ 173.253 (2011 - R\$ 172.249), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 739 refere-se a valores recebidos ainda não aplicados no projeto. Em 2011, o saldo de R\$ 1.274 refere-se a valores recebidos e ainda não aplicados no projeto.

12 Projeto KfW II

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Esse projeto tem previsão de conclusão no exercício de 2014. Além disso, após o encerramento do projeto, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, implementados com esses recursos, serão operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural – SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 21.541 (2011 - R\$ 20.037), denominada de Projeto KfW II - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW II - recursos recebidos, no montante de R\$ 20.728 (2011 - R\$ 16.397), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores. A diferença entre estas contas de R\$ 813 no exercício de 2012 (2011 - R\$ 3.640), refere-se, em 2011 a valores aplicados e ainda não recebidos do Governo do Estado do Ceará e a situação inversa em 2012.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários diferidos, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	2012			2011		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões	6.910	2.488	9.398	7.297	2.627	9.924
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.660	2.038	7.698	3.136	1.129	4.265
	<u>11.182</u>	<u>4.026</u>	<u>17.096</u>	<u>10.433</u>	<u>3.756</u>	<u>14.189</u>

(b) Período estimado de realização

Segue estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro, discriminadas ano a ano para o período de cinco anos, em atendimento a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002:

Ano	2012	2011
2012		7.632
2013	12.530	2.536
2014	84	9
2015	3.041	2.667
2016	195	104
2017	1.246	1.241
	<u>17.096</u>	<u>14.189</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2012, apesar de existir previsão de realização durante o ano de 2013, está registrado integralmente no ativo não circulante porque depende de andamento judicial para compensação.

14 Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais, são os valores depositados em juízo e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	2012	2011
Causas cíveis	2.037	585
Contingências vinculadas - cíveis	(303)	(324)
Causas trabalhistas	1.306	781
Contingências vinculadas - trabalhistas	(544)	(369)
Causas tributárias	5.703	5.265
Contingências vinculadas - tributárias	(2.909)	(2.399)
	<u>5.290</u>	<u>3.539</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	260	412	2.867	3.539
Novos depósitos	5.474	429	155	6.058
Reversões	(4.290)	(8)		(4.298)
Atualização monetária	297	75	282	654
Compensação com causas judiciais	(7)	(146)	(510)	(663)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	<u>1.735</u>	<u>762</u>	<u>2.794</u>	<u>5.290</u>

O detalhamento dos depósitos judiciais classificados em causas tributárias é o seguinte:

<u>Processo nº</u>	<u>Autor</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2005.81.00.011859-4 (i)	PASEP/PIS/COFINS	825	784
2001.81.00.020841-3 (ii)	FGTS	801	714
2006.81.00.020059-0 (iii)	INSS	440	417
2005.81.00.011859-4 (i)	IRRF	383	363
2003.81.00.008881-7 (iv)	INCRA	67	329
2006.81.00.020062-0 (v)	INSS	199	190
2005.81.00.000465-5 (vi)	INSS	62	54
2006.81.00.018905-0 (vii)	INSS	17	16
		<u>2.794</u>	<u>2.867</u>

- (i) Ação ordinária promovida contra a Fazenda Nacional, visando a declaração de inexistência de relações jurídicas tributárias e o consequente cancelamento das inscrições de dívidas dos tributos PASEP, PIS, COFINS e Imposto de Renda na Fonte.
- (ii) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra a União, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o FGTS nos termos do Artigo 2º da Lei Complementar nº 110 de 29 de junho de 2001.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige contribuição previdenciária relativamente à remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005 e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizando nas contas “anúncios e editais”, “serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.
- (iv) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o INCRA e o ressarcimento da referida contribuição paga indevidamente no valor de R\$ 1.095.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (v) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) fornecimento, pela Companhia, de vale transporte relativo ao período de 11/2003 a 03/2004; b) admissão de estagiários supostamente não cobertos por contrato de seguro contra acidentes pessoais; c) concessão de “antecipações”, para pagamento de serviços prestados pela cooperativa UNIMED, que não teriam sido objeto de ressarcimento, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; d) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão da “bolsa” paga a estudantes universitários que estagiavam junto aos seus estabelecimentos, os quais foram “reenquadrados” à condição de empregados; e) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão do fornecimento, de vale transporte aos empregados relativo ao período de 10/2003 a 01/2005; e f) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de “adiantamento” representado pelo pagamento, pela Companhia, de serviços prestados pela cooperativa UNIMED aos seus empregados, relativo ao período de 01/2000 a 12/2004.
- (vi) Ação ordinária promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, visando à declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue ao pagamento de débitos devidos por terceiro, desconstituindo o crédito tributário, lavradas contra a pessoa jurídica Copal Construtora Paraibana Ltda.
- (vii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário, referente à contribuição previdenciária supostamente devidas em razão de: a) remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizado nas contas “anúncios e editais”, serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.

15 Depósitos vinculados a garantias

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 2.844 e conta reserva no valor de R\$ 3.245, dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a esta instituição financeira.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Banco do Brasil S.A.	6.458	6.089
Caixa Econômica Federal	<u>1.506</u>	<u>1.419</u>
	<u>7.964</u>	<u>7.508</u>

16 Ativos financeiros - contratos de concessão

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 150 municípios do Estado do Ceará. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 10 e 30 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão descritos na Nota 1.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 55.901 (2011 - R\$ 49.836) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A receita por atualização do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 6.106 (2011 - R\$ 5.382), conforme Nota 42.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2012, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema patrimonial da Companhia.

A Cagece contratou em agosto de 2012, através de Concorrência Pública n CP-008-11 – Contrato 0092/2012 empresa de consultoria com o objetivo de inventariar e avaliar o ativo operacional e os bens de uso geral da Companhia, segregando por município, unidade de negócio e serviço, e produto (água, esgoto comum e administrativo), com definição do valor justo e expectativa de vida útil remanescente para fins de cálculo da amortização/depreciação. Além disso, esse trabalho irá elaborar um controle analítico sobre os bens do ativo financeiro. O trabalho em questão tem prazo de finalização previsto para o mês de outubro de 2013.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de construção	144.748	192.355
Custos de construção	(144.387)	(191.914)
	<u>361</u>	<u>441</u>

Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios recursos ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir custos de fiscalização e administração, bem como, a assunção do risco primário.

A margem de lucro considerada pela Companhia é de 0,25% correspondente à diferença entre o percentual de remuneração dos prestadores de serviços da Companhia (lucro + administração = 11,75%) e a taxa de 12% de remuneração do capital autorizada pelos agentes reguladores. Essa margem é aplicada sobre o custo de construção para determinar a receita de construção.

17 Imobilizado

	2012			2011	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas
Imobilizado administrativo					
Edificações	15.218	(4.777)	10.441	11.047	4%
Computadores e periféricos	13.400	(11.539)	1.861	2.386	20%
Máquinas e equipamentos	8.060	(4.389)	3.671	3.756	10%
Terrenos	6.237		6.237	6.237	
Móveis e utensílios	5.955	(4.258)	1.697	1.808	10%
Instalações	4.357	(2.632)	1.725	2.122	10%
Veículos	3.414	(2.772)	642	810	20%
Ferramentas	59	(36)	23	25	20%
	<u>56.700</u>	<u>(30.403)</u>	<u>26.297</u>	<u>28.191</u>	
Imobilizado em andamento	<u>1.963</u>		<u>1.963</u>	<u>31.039</u>	
	<u>58.663</u>	<u>(30.403)</u>	<u>28.260</u>	<u>59.230</u>	

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012	2011
Saldo inicial	59.230	66.649
Aquisições	4.373	27.931
Baixas	(4)	(31.742)
Transferências	(32.332)	
Depreciação ativa	(139)	(142)
Depreciação no resultado	<u>(2.868)</u>	<u>(3.466)</u>
	<u>28.260</u>	<u>59.230</u>

Os bens registrados no ativo imobilizado da Companhia são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos mesmos.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2012, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema patrimonial da Companhia.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Cagece contratou em agosto de 2012, através de Concorrência Pública n CP-008-11 – Contrato 0092/2012 empresa de consultoria com o objetivo de inventariar e avaliar o ativo operacional e os bens de uso geral da Companhia, segregando por município, unidade de negócio e serviço, e produto (água, esgoto comum e administrativo), com definição do valor justo e expectativa de vida útil remanescente para fins de cálculo da amortização/depreciação. Além disso, esse trabalho irá elaborar um controle analítico sobre os bens do ativo financeiro. O trabalho em questão tem prazo de finalização previsto para o mês de outubro de 2013.

18 Intangível

	2012		2011	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	1.666.799	(638.690)	1.028.109	1.073.013
Intangível em andamento	826.986		826.986	614.364
	2.493.785	(638.690)	1.855.095	1.687.377
Softwares	5.002	(2.737)	1.513	1.944
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.760	(720)	1.760	1.760
Outorga - município de Frecheirinha	202	(32)	202	202
	6.964	(3.489)	3.475	3.906
	<u>2.500.749</u>	<u>(642.179)</u>	<u>1.858.570</u>	<u>1.691.283</u>

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	2012	2011
Saldo inicial	1.691.283	1.515.530
Aquisições	198.952	231.039
Baixas	(7.777)	(114)
Transferências	32.332	-
Amortização Ativa	(5)	(36)
Amortização no resultado	(56.215)	(55.136)
	<u>1.858.570</u>	<u>1.691.283</u>

O ativo intangível da Companhia é composto por softwares, investimentos com concessões onerosas nos municípios de Juazeiro do Norte e Frecheirinha e investimentos com infraestrutura necessária para prestar os serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário nos municípios em que a Companhia possui a concessão.

Os softwares possuem vida útil de amortização que variam entre 1 a 10 anos.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos da Companhia ao longo do tempo. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 16.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2012, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

patrimonial da Companhia.

A Cagece contratou em agosto de 2012, através de Concorrência Pública n CP-008-11 – Contrato 0092/2012 empresa de consultoria com o objetivo de inventariar e avaliar o ativo operacional e os bens de uso geral da Companhia, segregando por município, unidade de negócio e serviço, e produto (água, esgoto comum e administrativo), com definição do valor justo e expectativa de vida útil remanescente para fins de cálculo da amortização/depreciação. Além disso, esse trabalho irá elaborar um controle analítico sobre os bens do ativo financeiro. O trabalho em questão tem prazo de finalização previsto para o mês de outubro de 2013.

19 Fornecedores

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que esta representada substancialmente por fornecedores de serviços e subempreiteiros, cujo prazo médio de pagamento é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem valores representativos em atraso sendo o maior saldo em aberto representado por cerca de 10% do total da obrigação, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

20 Empréstimos e financiamentos

	<u>2011</u>	<u>2011</u>
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	132.765	128.626
Banco do Brasil (ii)	11.398	21.366
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (iii)	7.961	9.681
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (iv)	<u>124.265</u>	<u>48.614</u>
Moeda estrangeira	<u>276.389</u>	<u>208.287</u>
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (v)	<u>179.080</u>	<u>170.735</u>
	<u>455.469</u>	<u>379.022</u>
Circulante	<u>(49.447)</u>	<u>(43.712)</u>
Não circulante	<u>406.022</u>	<u>335.310</u>

(i) Caixa Econômica Federal

Destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e estudos e projetos, e estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração de 1% a 2% a.a. O vencimento do último contrato será em novembro de 2029. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.

(ii) Banco do Brasil

O refinanciamento de dívidas com a União através do Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, está sujeito a encargos financeiros que correspondem a juros remuneratórios à taxa anual de 4,409% acrescidos de comissão de administração à taxa anual de 0,1% e variação monetária com base na TR. O vencimento do último contrato será em janeiro de 2014. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios decorrentes de receitas próprias e quotas previstas nos arts 155,157 e 159 da Constituição Federal.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(iii) Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará

Referem-se a convênios entre aquela Secretaria e a Companhia, para repasses de recursos obtidos através de financiamentos entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, e reembolsado posteriormente pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O vencimento do último contrato será em março de 2021. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE)

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$ 155.620.

Como garantia, através de cessão fiduciária, a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento, a conta reserva mencionada na Nota 15 com saldo não inferior a R\$ 3.000, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

Os encargos financeiros incidirão sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a, mais Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência desta operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado da dívida.

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR – II que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% deste valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de 5 anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, já haviam sido liberados cinquenta desembolsos no total de R\$ 186.300 (US\$ 99.900) e R\$182.936 (2011 - US\$ 98.095), respectivamente.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	379.022	300.807
Novas liberações	97.443	88.765
Amortizações	(64.414)	(54.017)
Juros e variações monetárias	28.339	24.538
Variação cambial	<u>15.079</u>	<u>18.929</u>
Saldo final	<u>455.469</u>	<u>379.022</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por receitas próprias da Companhia e pelo Governo do Estado do Ceará. O montante de longo prazo apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012		
2013		44.557
2014	41.047	36.758
2015	41.494	28.760
2016	37.011	24.259
2017 – 2019	107.180	68.936
2020 – 2022	91.532	55.978
2023 – 2025	36.808	32.010
2026 – 2028	36.794	31.998
2029 – 2032	14.156	12.054
	<u>406.022</u>	<u>335.310</u>

A Companhia poderá ter a totalidade do empréstimo considerada vencida, nos casos de atrasos no pagamento do principal, comissões e juros, devolução de abatimentos ou qualquer outro título, por período superior a 60 (sessenta dias). Foi oferecido como garantia a fiança do Governo do Estado do Ceará, o qual responde solidariamente pelas obrigações da mutuária.

21 Obrigações sociais

O valor registrado como obrigações sociais está composto conforme abaixo.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Provisão para férias e encargos	12.725	12.355
Acordos e indenizações	325	1.335
Consignações e empréstimos	1.085	1.003
Rescisões contratuais	31	24
Benefícios concedidos	771	28
Folha de pagamento de estagiários	11	19
	<u>14.948</u>	<u>14.764</u>

22 Tributos a recolher

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto de renda – reinvestimento (a)	10.833	9.369
REFIS IV (b)	41.650	40.073
COFINS	2.992	6.441
Previdência social	963	1.183
Outros	4.618	7.909
	<u>61.056</u>	<u>64.975</u>
Circulante	<u>(11.948)</u>	<u>(18.547)</u>
Não circulante	<u>49.108</u>	<u>46.428</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Imposto de renda – reinvestimento

Estão registrados na rubrica de Imposto de renda da companhia no não circulante os valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento correspondente a 30% (trinta por cento) do Imposto de Renda devido nos anos-calendário 2010 a 2012, em contrapartida aos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, atendendo ao que dispõe o artigo 19 da Lei nº 8.167/1991 ou artigo 4º da Lei nº 8.191/1991, com as alterações introduzidas pelo artigo 2º da Lei nº 9.532/1997, devidamente regulamentado pelo artigo 27 da Portaria nº 855/1994, da SUDENE, pelo Decreto nº 4.213/2002, e pelos artigos 1º ao 3º, da Medida Provisória nº 2.199/2001.

Esses valores ficarão registrados nas contas do passivo até a aprovação ou não, dos projetos de reinvestimento, pela SUDENE. No caso de aprovação, esses valores serão capitalizados, caso contrário, serão repassados a Secretaria da Receita Federal a título de imposto de renda.

A Companhia ainda está obrigada a depositar o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total que reduz sobre o incentivo fiscal devido, no ativo não circulante, como contrapartida.

O resultado desses depósitos pode ser assim demonstrado:

Exercício	Ativo não circulante	Passivo não circulante
2010	7.129	2.229
2011	5.817	3.337
2012	7.845	5.517
Rendimentos dos depósitos efetuados	<u>2.522</u>	
	<u>23.313</u>	<u>11.083</u>

Os montantes relativos aos exercícios de 2008 e 2009 foram recebidos da SUDENE em fevereiro de 2012, no montante total de R\$ 11.593.

(b) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento consideram débitos para com a Fazenda Nacional parcelados em 180 meses.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL	IRRF	INSS	Total
Principal	3.178	5.009	4.926	1.430	1.289	768	16.600
Multa	637	1.002	11.356	2.608	261	154	16.018
Juros	3.976	5.178	6.144	1.463	1.845	1.003	19.609
Valor da dívida	7.791	11.189	22.426	5.501	3.395	1.925	52.227
(-) Reduções	(1.544)	(2.054)	(3.462)	(1.264)	(732)	(343)	(9.399)
Valor consolidado	6.247	9.135	18.964	4.237	2.663	1.582	42.828

	Art. 1º Demais Débitos - RFB	Art. 3º Demais Débitos - RFB	Art. 1º Débitos Previdenc iários - RFB	Art. 1º Débitos Previdenc iários - PGFN	Art. 1º Demais Débitos - PGFN	Total
Valor Consolidado	31.962	8.165	131	1.794	776	42.828
Juros apropriado	1.086	318	6	77	32	1.519
Amortização acumulada	(3.721)	(433)	(6)	(80)	(34)	(4.274)
Em 31 de dezembro de 2011	29.327	8.050	131	1.791	774	40.073
Juros apropriado	6.019	1.762	31	425	184	8.421
Amortização do período	(5.897)	(742)	(10)	(136)	(59)	(6.844)
Em 31 de dezembro de 2012	29.449	9.070	152	2.080	899	41.650

A partir da consolidação os débitos passaram a ser administrados pela Receita Federal de maneira agrupada e por esta razão a movimentação da dívida não mais está sendo apresentada por tributo, conforme segue:

- os débitos que tenham sido objeto do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, do Parcelamento Especial - PAES, do Parcelamento Excepcional - PAEX e dos parcelamentos previstos no art. 38 da Lei no 8.212/1991 e no art. 10 da Lei no 10.522/2002, foram agrupados passando a ser controlados pela Receita Federal com base no enquadramento ao art 3 da Lei 11.941/2009.
- Os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foram agrupados passando a ser controlados pela Receita Federal com base no enquadramento ao art 1 da Lei 11.941/2009.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

23 Obrigações com clientes

O valor registrado em obrigações com clientes, no montante de R\$ 7.928 (2011 - R\$ 6.756), corresponde a valores pagos pelos clientes e identificados pela Companhia como indevido, em virtude de medições de volume de água acima do consumido ou em virtude de cobrança de esgotamento sanitário sem que o cliente esteja ligado à rede. Além disso, nesse valor também constam os pagamentos em duplicidade, realizados pelos clientes.

24 Provisão para ações judiciais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Causas cíveis	15.704	18.609
Depósito judicial vinculado - cíveis	(303)	(324)
Causas trabalhistas	3.824	3.417
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(544)	(369)
Causas tributárias	6.558	6.049
Depósito judicial vinculado - tributárias	<u>(2.909)</u>	<u>(2.399)</u>
	22.330	24.983
Circulante	<u>(11.852)</u>	<u>(8.349)</u>
Não circulante	<u>10.478</u>	<u>16.634</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro	18.285	3.048	3.650	24.983
Adições	1.313	488		1.801
Juros	798	223	509	1.530
Reversões	(4.987)	(334)		(5.321)
Compensação com depósitos judiciais	<u>(7)</u>	<u>(146)</u>	<u>(510)</u>	<u>(663)</u>
Saldo final em 31 de dezembro	<u>15.402</u>	<u>3.279</u>	<u>3.649</u>	<u>22.330</u>

O montante de R\$ 22.330, decorre, principalmente, de: a) Trabalhistas – ação judicial conjunta cobrando pagamento de horas extras e adicional de periculosidade; b) Cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador; e c) Tributárias – processo administrativo de Declaração de Compensação – Dcomp de débitos de Pis dos anos de 2002 e 2003 com crédito de saldo negativo de CSLL de 2001.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Estes valores são contabilizados mensalmente, conforme opinião da Procuradoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

Os valores das causas judiciais e administrativas em andamento, considerados pela Procuradoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totalizam um valor de R\$ 48.381 (2011 - R\$ 51.442).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações financeiras. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31 de dezembro de 2012	
2006.81.00.017747-5	(i)	Judicial	Tributária	6.103
500372.61.2011.8.06.0001/0	(ii)	Judicial	Cível	1.899
0018905-17.2006.4.05.8100	(iii)	Judicial	Tributária	1.850
515312.17.2000.8.06.0001/0	(iv)	Judicial	Cível	1.819
0066771.08.2006.8.06.0001/0	(v)	Judicial	Cível	1.555
6210.53.2009.8.06.0117/0	(vi)	Judicial	Cível	1.479
7845.97.2007.8.06.0001/0	(vii)	Judicial	Cível	1.387
229661.98.2000.8.06.0001/0	(viii)	Judicial	Cível	1.212
387-54.2006.8.06.0101/0	(ix)	Judicial	Cível	1.199
0020060.55.2006.4.05.8100	(x)	Judicial	Tributária	1.110
Outros				28.768
				48.381

- (i) Ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, visando a suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige as contribuições previdenciárias decorrentes da “glosa” de uma compensação e no mérito desconstituir o referido lançamento, extinguindo o crédito tributário.
- (ii) Ação de danos materiais e danos morais, em face de suposta desvalorização de seu imóvel, que estaria sendo poluído por conta da existência de uma estação de tratamento da Cagece.
- (iii) Ação ordinária visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário nas quais se exige contribuição previdenciária calculada sobre a despesa de alimentação (in natura) dos seus empregados, referente ao Ano-Base de 2004 e multa decorrente a suposta omissão de apresentar livros e documentos fiscais.
- (iv) Ação ordinária requerendo danos materiais e morais em virtude de acidente com pessoa física no Canal do Trabalhador.
- (v) Ação de indenização por apossamento administrativo cumulada com indenização por danos morais.
- (vi) Ação em que o município de Maracanaú solicita que seja reconhecido como de responsabilidade da Cagece os investimentos realizados por ele no município em decorrência da suposta omissão da concessionária em promover a ampliação e/ou manutenção do serviço de água e esgoto.
- (vii) Ação ordinária promovida contra a Cagece requerendo equilíbrio econômico financeiro em contrato de prestação de serviços.
- (viii) Ação ordinária promovida contra a Companhia, solicitando valores decorrente de aumento de quantitativos da obra do canal do trabalhador.
- (ix) Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (x) Ação ordinária promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, onde busca-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário relativo ao período de 01/2000 a 12/2003, referente a suposta omissão de pagamento pela a empresa de contribuição previdenciária dos valores creditados em favor do SANOS e suposta omissão de entregar livros e documentos fiscais.

25 Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado é representado por 116.904.761 (2011 - 116.904.761) ações ordinárias e 56.430 (2011 - 56.430) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para estas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 24 de setembro de 2012, foram homologados, o aumento de capital de R\$ 12.412 referente a integralização de reservas de incentivos fiscais correspondentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011, nos valores de R\$ 1.569, R\$ 3.002, R\$ 2.919 e R\$ 4.922, respectivamente.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 24 de agosto de 2011, foi homologado aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 47.180, com a subscrição de 4.725.498 ações ordinárias no valor unitário de R\$ 9,98 e 54 ações preferenciais no valor unitário de R\$ 209,06, realizado mediante a incorporação de dividendos distribuídos no montante de R\$ 28.193 e auxílio para obras no total de R\$ 18.987.

Na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 6 de dezembro de 2011, foram homologadas as capitalizações de: (i) R\$ 9.031, referente ao saldo existente na conta de Reservas de Incentivos Fiscais – Redução de Imposto de Renda referente aos anos-calendário 2008 e 2009 no valor de R\$ 8.695 deduzido do valor de R\$ 6.966 referente a reversão de Reserva de Incentivos Fiscais – Redução de Imposto de Renda do ano-calendário 2007 capitalizada a maior em 13/08/2008, Reinvestimento de Imposto de Renda referente aos anos-calendário 2006 e 2007 no valor de R\$ 6.685 e saldo remanescente do ano-calendário 2005 no valor de R\$ 617; (ii) R\$ 65.599, com a subscrição de 6.571.178 ações ordinárias no valor unitário de R\$ 9,98 e 12 ações preferenciais no valor unitário de R\$ 209,06 realizado mediante a incorporação de dividendos distribuídos no montante de R\$ 6.692 e auxílio para obras no total de R\$ 58.906.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	2012				2011
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Total
Estado do Ceará	100.142.893	38.261	100.181.154	85,65%	100.181.154
Município de Fortaleza	16.761.574		16.761.574	14,33%	16.761.574
Outros	294	18.169	18.463	0,02%	18.463
	<u>116.904.761</u>	<u>56.430</u>	<u>116.961.191</u>	<u>100,00%</u>	<u>116.961.191</u>

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 85,65% do capital votante da Companhia (2011 - 85,66%), conforme composição do capital social discriminada abaixo (valor do capital):

	2012			2011
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Estado do Ceará	1.018.008	8.007	1.026.015	1.015.384
Município de Fortaleza	170.388		170.388	168.609
Outros	3	3.802	3.805	3.803
	<u>1.188.399</u>	<u>11.809</u>	<u>1.200.208</u>	<u>1.187.796</u>

26 Reservas de lucros

O montante registrado na conta de Reserva de lucros corresponde às Reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, e de incentivos fiscais, conforme a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O cálculo está demonstrado na Nota 27.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. O cálculo está demonstrado na Nota 27.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Através do Laudo Constitutivo nº 0155/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao incentivo fiscal de redução de 25% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, durante o período de 23 de abril de 2007 a 31 de dezembro de 2008, e redução de 12,5%, do período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013, calculado com base no lucro da exploração do tratamento e abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Através do Laudo Constitutivo nº 0156/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de ampliação de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 409.291.728 m3/ano, a partir do ano calendário de 2007, por um prazo de 10 anos, com término no ano calendário de 2016.

A Delegacia da Receita Federal emitiu os Atos Declaratórios Executivo nos. 2 e 3, reconhecendo, no âmbito da Receita Federal, os referidos incentivos fiscais. O total de incentivo fiscal de redução do imposto de renda registrado no resultado do exercício de 2012 é de R\$ 8.073 (2011 - R\$ 4.921).

(d) Dividendos adicionais propostos

Refere-se aos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório que de acordo com art 30 do Estatuto Social deverão ser creditados em conta especial para posterior aumento de capital, quando estes couberem ao Estado do Ceará, a União ou a Município, e a suas autarquias.

27 Dividendos mínimo propostos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, nos termos do seu artigo 202.

Os dividendos podem ser demonstrados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	74.521	46.425
Constituição de reservas		
Legal - 5% do lucro líquido do exercício	(3.726)	(2.321)
Incentivos fiscais	(8.073)	(4.921)
Base de cálculo de dividendos	<u>62.722</u>	<u>39.183</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido do exercício	(15.681)	(9.796)
Reserva estatutária - 10% do lucro líquido do exercício	<u>(6.272)</u>	<u>(3.918)</u>
Dividendos adicionais	40.769	25.469
Dividendos propostos	<u>56.450</u>	<u>35.265</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício, ajustado	<u>76%</u>	<u>76%</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

28 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebe recursos oriundos do Tesouro do Estado, destinados a investimentos em obras, os quais são registrados diretamente em adiantamentos para futuro aumento de capital. Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado e periodicamente são integralizados ao Capital. Este entendimento decorre do inciso III, Artigo 5º da Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971. No exercício de 2012, o total de auxílio foi de R\$ 26.903 (2011 - R\$ 59.716).

O estatuto da Companhia determina que os dividendos, participações ou bonificações que couberem ao Estado do Ceará, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, serão creditados em conta especial para aplicação posterior, em aumento de capital da Companhia, como participação acionária daquelas entidades. Estes valores estão registrados na rubrica adiantamentos para futuro aumento de capital, no passivo não circulante. Em virtude da Companhia não saber a quantidade de ações que esses adiantamentos irão se transformar o valor é classificado como instrumento de dívida.

Essa rubrica é composta pelos seguintes valores:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2010	74.286	74.286
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2010	6.849	6.849
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2011	59.716	59.716
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2011	9.796	9.796
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2012	26.903	
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2012	15.681	
	<u>193.231</u>	<u>150.647</u>

29 Informações por segmento

Conforme comentado na Nota 2.9, a administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, uma vez que a prestação de serviço de abastecimento de água e esgoto contempla subsídio cruzado, no qual uma rede atende a diversos municípios.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

30 Imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	105.264	66.822
Alíquota vigente	24%	24%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	25.263	16.037
Lucro antes do IRPJ e da CSLL ajustado para cálculo do IRPJ adicional	105.023	66.582
Alíquota vigente	10%	10%
Imposto de renda e contribuição social sobre às alíquotas da legislação	<u>10.502</u>	<u>6.658</u>
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	35.766	22.695
Despesas não dedutíveis		
a) Efeito do IRPJ sobre as diferenças permanentes		
Realização da reserva especial	2.497	2.497
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais		
Constituição de provisões indedutíveis no exercício, líquido	17.096	9.924
Outros	416	376
Receita não tributável		
Reversão de provisões indedutíveis do exercício anterior, líquido	(13.810)	(13.184)
Ajustes IFRS	(123)	(148)
c) Benefícios e incentivos fiscais e créditos tributários		
(-) Benefícios fiscais (4%)	(119)	(102)
(-) Incentivo fiscal de redução do imposto de renda	<u>(8.073)</u>	<u>(4.921)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>33.650</u>	<u>17.137</u>
(-) Créditos tributários diferidos	<u>(2.907)</u>	<u>3.260</u>
(=) Imposto de renda e contribuição social devida	<u>30.743</u>	<u>20.397</u>

31 Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Doações recebidas para auxílio a obras no montante de R\$ 26.903 (2011 -R\$ 59.716);
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contrato pelo Governo junto a Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 20ⁱⁱⁱ).

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- A Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, mensalmente, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no exercício findo em 31 de dezembro 2012, correspondeu a R\$6.384 (2011 - R\$ 5.448) e está registrado na rubrica custos dos serviços prestados da demonstração de resultado.
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Cessão de funcionários no qual a companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde a remuneração do profissional acrescidas dos correspondentes encargos sociais.

32 Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos financeiros		
Ativos financeiros – contratos de concessão	55.901	55.901
Contas a receber de clientes	118.332	118.332
Caixa e equivalentes de caixa	55.738	55.738
Passivos financeiros		
Incentivo a aposentadoria – PRSP	21.548	21.548
Empréstimos e financiamentos	455.469	455.469
Fornecedores	77.838	77.838
Obrigações com clientes	7.928	7.928

33 Honorários da administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, totalizou em R\$ 2.699 (2011 - R\$ 1.836), registrado na rubrica despesas administrativas da demonstração de resultado.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

34 Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação Cagece de Previdência Complementar – CAGEPREV, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A CAGEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição definida (Plano CD) e no regime financeiro de capitalização.

No exercício de 2012, a Companhia efetuou contribuições a CAGEPREV no montante de R\$ 2.476 (2011 - R\$ 3.118).

A CAGEPREV encerrou o exercício de 2012 com 1.027 (2011 - 1.035) participantes, sendo 1.013 (2011 - 1.023) ativos e 14 (2011 - 12) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 89.855 (2011 - R\$ 71.563).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo Probus Consultoria Atuarial, contratado pela CAGEPREV, o qual emitiu parecer datado de 14 de fevereiro de 2013, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais, são as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa real anual de juros	6% a.a.	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83	AT - 83

35 Incentivo à aposentadoria – PRSP

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Incentivo a aposentadoria - PRSP	26.319	29.796
Ajuste a valor presente	(4.771)	(6.063)
	21.548	23.733
Circulante	(9.516)	(8.345)
Não circulante	<u>12.032</u>	<u>15.388</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD – 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentaria recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O presente Plano destina-se aos empregados do quadro próprio, onde após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescidirá o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na Norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de 6 anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados os 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, de acordo com as taxas apresentadas a seguir, para as adesões ocorridas a cada data-base:

<u>Ano</u>	<u>Taxa de desconto</u>
A partir de 2011	12% a.a
2010	13,64% a.a
2008 e 2009	13,81% a.a

36 Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	74.481	46.400
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	40	25
	<u>74.521</u>	<u>46.425</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	116.905	116.905
Média ponderada de número de ações preferenciais	56	56
	<u>116.961</u>	<u>116.961</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,64	0,40
Ação preferencial	0,71	0,44

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

37 Receita de serviços

A reconciliação entre receita bruta e a receita líquida é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	556.933	489.777
Receita de serviços de esgotamento sanitário	191.573	154.941
Receita de construção	<u>144.748</u>	<u>192.355</u>
	893.254	837.073
Impostos sobre vendas	<u>(69.306)</u>	<u>(59.642)</u>
Receita	<u><u>823.948</u></u>	<u><u>777.431</u></u>

38 Custos dos serviços prestados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Insumos	128.645	125.074
Serviços	128.350	114.250
Depreciação e amortização	55.771	54.682
Pessoal	55.514	51.592
Materiais	14.027	12.460
Custos gerais	9.635	10.714
Concessão	<u>6.384</u>	<u>5.448</u>
Custos operacionais	398.326	374.220
(-) Créditos de PIS e COFINS	<u>(28.053)</u>	<u>(25.962)</u>
Custos operacionais líquidos	370.273	348.258
Custos de construção	<u>144.387</u>	<u>191.914</u>
	<u><u>514.660</u></u>	<u><u>540.172</u></u>

39 Despesas comerciais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços	49.417	46.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	16.390	(14.229)
Pessoal	17.388	15.093
Gerais	<u>4.207</u>	<u>9.002</u>
	<u><u>87.402</u></u>	<u><u>56.098</u></u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

40 Despesas administrativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pessoal	57.222	55.409
Serviços	26.371	25.824
Causas judiciais	2.447	4.186
Gerais	4.708	2.095
Transportes	4.987	4.516
Depreciação e amortização	3.288	3.920
Honorários da administração	2.699	1.836
	<u>101.722</u>	<u>97.786</u>

41 Despesas tributárias

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tributos	11.461	9.714
Regulação	8.517	7.134
Refis		2.759
	<u>19.978</u>	<u>19.607</u>

42 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.596	6.368
Receita de atualização do ativo financeiro	6.106	5.382
Juros recebidos de clientes	5.463	4.059
Atualização monetária	5.665	5.735
Juros ativos	487	142
	<u>21.317</u>	<u>21.686</u>
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(11.741)	(12.370)
Incentivo a aposentadoria - PRSP	(3.312)	(3.273)
Atualização monetária	(828)	(2.359)
Outras	(1.079)	(55)
	<u>(16.960)</u>	<u>(18.057)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>4.357</u>	<u>3.629</u>

43 Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

44 Evento subsequente

Em 20 de fevereiro de 2013, foi realizada reunião do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a destituição e eleição de novos membros para a Diretoria, passando a ter a seguinte composição:

Diretor-Presidente: André Macêdo Facó;
Diretor de Planejamento e Controle: Francied Assis de Mesquita Ciriaco;
Diretor de Gestão Empresarial: José Alberto Alves de Albuquerque Junior;
Diretor de Operações: Francisco Josinete Souza Araújo;
Diretor Comercial: Neurisangelo Cavalcante de Freitas;
Diretor de Engenharia: Antonio José Câmara Fernandes.

Fortaleza-Ce, 22 de março de 2013.

André Macêdo Facó
Diretor Presidente

José Alberto Alves de Albuquerque Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete S. Araújo
Diretor de Operações

Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia

Roberta Azevedo de Menezes
Contadora – CRC-CE 015649/O-5

Flávia Liduina Costa Gurgel
Gerente de Controladoria

**Declaração dos Diretores sobre as demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Fortaleza, 22 de março de 2013.

André Macedo Facó
Diretor Presidente

José Alberto A. de Albuquerque Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete Souza Araujo
Diretor de Operações

Neurisangelo C. de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Todavia, em decorrência do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Conforme descrito nas Notas 16, 17 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia ainda não finalizou a implementação de controles analíticos sobre os saldos do ativo financeiro da concessão, imobilizado e parte do intangível, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 são de R\$ 55.901 mil, R\$ 28.260 mil e

R\$ 1.855.095 mil, respectivamente. Dessa forma, não foi praticável, nas circunstâncias, aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação desses saldos em 31 de dezembro de 2012, bem como sobre a receita de atualização do ativo financeiro dos contratos de concessão, as receitas de construção, custos de construção, despesas de depreciação e despesas de amortização, lançadas no resultado do exercício findo nessa data, no montante de R\$ 6.106 mil, R\$ 144.748 mil, R\$ 144.387 mil, R\$ 2.868 mil e R\$ 56.215 mil, respectivamente.



Abstenção de opinião

Em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras anteriormente referidas.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para examinar, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de opinião", não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração do valor adicionado. Consequentemente, não expressamos opinião sobre essa demonstração.

São Paulo, 22 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" CE

Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" CE

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Fortaleza, 22 de março de 2013.

André Macedo Facó
Diretor Presidente

José Alberto A. de Albuquerque Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete Souza Araujo
Diretor de Operações

Neurisangelo C. de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia

**Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e os Pareceres dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datados de 22 de março de 2013, concluíram que estão adequadamente apresentados, excetuando-se o valor ativo financeiro - contrato de concessão, no montante de R\$ 55,9 milhões, ativo imobilizado no valor de R\$ 28,26 milhões e do intangível no montante de R\$ 1,86 bilhões. Ressalte-se que a Auditoria Independente se absteve de dar opinião por considerar que esses números não podem ser auditados em face da não conclusão dos trabalhos de inventário do ativo fixo (imobilizado, intangível e ativo financeiro). Foi informado pela Companhia, que foi contratada uma empresa especializada para inventariar e avaliar os bens, por meio do Contrato nº 0092/2012, datado de 11 de julho de 2012, com previsão para conclusão dos trabalhos até dezembro de 2013. Por consequência, ressalva-se também a DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) e os valores da DVA (Demonstração do Valor Adicionado), motivos pelos quais opinam pelo seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 22 de março de 2013.

Edilson Rodrigues Tavares
R.G: 92005660-3
CPF: 454.028.687-00
Conselheiro Efetivo

João Marcos Maia
R.G: 2007160729-8
CPF: 060.964.683-49
Conselheiro Efetivo

Karla Cardoso de Alencar Forte
R.G: 93002178788
CPF: 220.762.203-72
Conselheira Efetiva

Krauzer Barreira da Costa
R.G: 689064
CPF: 168.647.193-91
Conselheiro Efetivo

Ronaldo Lima Moreira Borges
R.G: 8910002010591
CPF: 379.984.043-53
Conselheiro Efetivo

**Parecer do Conselho de Administração sobre as
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datado de 22 de março de 2013 e Parecer do Conselho Fiscal, concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 26 de março de 2013.

Camilo Sobreira de Santana
Presidente

André Macedo Facó
Vice Presidente

Carlo Ferrentini Sampaio
Membro

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Membro

Domingos Gomes de Aguiar Filho
Membro

João de Aguiar Pupo
Membro

Manoel Gomes de Farias Neto
Membro